

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Campus da AT nasce na Vila da Moamba

Reportagem de *Liége Vitorino*
Fotos de *Ozias Ngomane*

Prevê-se para breve o arranque das obras de construção do futuro campus do ensino superior, na Vila da Moamba, na Província de Maputo, cujo projecto compreende duas escolas do ensino superior, nomeadamente de Gestão Tributária e de Gestão de Finanças e Negócios Financeiros numa iniciativa da Autoridade Tributária (AT) a cargo da empresa empreiteira “China Communications Construction Company”. Orçado em 12 milhões de dólares americanos, o valor é proveniente de co-financiamentos de diversos parceiros.

Refira-se que o local onde será erguida a referida mega infraestrutura, dista a sete quilómetros da Vila – sede na principal rodovia. Trata-se do primeiro

projecto de grande envergadura a ser implantado naquela Vila cujo efectivo populacional é de 56.746 habitantes, segundo dados do Censo de 2007.

À convite do Presidente da AT, Rosário Fernandes, o Ministro da Educação, Augusto Jone, acompanhado por quadros

componente residencial dotada de dormitórios, com capacidade instalada para albergar 290 alunos, com uma separação de alas para docentes, refeitórios, arruamentos, jardins, um pavilhão gimnodesportivo e um parque de estacionamento de viaturas.



Altas individualidades diante da maquete do futuro Campus da AT

seniores e a Administradora de Moamba, Maria Ângela Manjate, deslocou-se ao local, no dia 17 de Julho último, onde pode apreciar o estágio do projecto. Na ocasião, o Director – Geral Adjunto dos Serviços Comuns na AT, o Eng. Adriano Sumbana, deu explicações detalhadas sobre o desenho do projecto, que ocupará uma área de quatro hectares.

Sumbana apresentou a maquete das futuras instalações, que contempla salas de aulas, a

localizado na Cidade da Matola, com réplicas na Delegação da Beira, e no Distrito de Nacala, na Província de Nampula.

A propósito, o Presidente Rosário Fernandes, explicou que, na medida da compleição dos lotes, poderá a futura escola arrancar com formações parciais. Acrescentou que, dependendo da conjugação de outros factores, as obras poderão ser concluídas até 2016, prevendo-se de imediato a entrada em funcionamento.

“Olhando para as especialidades que se administram internamente, entendemos que se devia passar da fase de cursos de curto prazo, para uma intenção de curso de formação superior. O projecto sai em articulação com os propósitos do próprio dever de informar e capacitar quadros com um olhar sereno para o futuro”, anotou.

Falando especificamente da materialização da criação da escola superior, afirmou que, o nosso país é potencial em recursos naturais, daí a necessidade de se capacitar quadros especializados para fazer face os imperativos de crescimento e desenvolvimento.

In Memoriam

Albano Naroromele

Colaborador do Mais-Valia em Nacala

Destaques nesta edição:

| | |
|--|----|
| Campus da AT nasce na Vila da Moamba | 1 |
| Banco de Moçambique publica VI CEPI | 5 |
| Desmaterialização do processo de reembolsos | 9 |
| Volatilidade dos preços do Gás e Carvão | 16 |
| Regimes Fiscais dos Hidrocarbonetos | 20 |
| Entre-Nós: Geraldo Conde | 28 |



Editorial

“Se pensa que a educação é dispendiosa, experimente a ignorância”

Se é verdade que há ainda quem pense e considere dispendioso o investimento em capital humano, não é menos certo que há outros tantos, como algumas instituições, que pensam o contrário. A Autoridade Tributária (AT) mais uma vez veio mostrar a sociedade o quão valioso e privilegiado é o seu funcionário, seu capital humano e principal fonte de valor, investindo na sua educação. Investir em pessoas é sempre, sem dúvidas, o melhor caminho e qualquer processo que estimula a valorização das pessoas nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, tem fortes hipóteses de concentrar e reter pessoas talentosas e muito motivadas dado que estará a ampliar o desenvolvimento das suas competências.

Não é possível existir desenvolvimento numa economia, sem que as pessoas desenvolvam as suas potencialidades. Tal como um pai ou encarregado de educação que investe na educação dos seus filhos para que tenham um futuro risonho, países desenvolvidos que crescem sem parar, investem muito na educação, isto é; na qualificação, formação, desenvolvimento profissional, produtividade do trabalhador e, dessa forma, na promoção do crescimento económico. O mercado de trabalho almeja por profissionais com melhores qualificações, que possam produzir conhecimento e “*know-how*” e que saibam utilizar não apenas os aparatos tecnológicos como também as habilidades técnicas e de gestão. Daí que, para que um determinado país se desenvolva, o seu crescimento económico deve estar intrínseca e positivamente correlacionado com a oferta e a procura de capital humano altamente qualificado. E isto só é possível se nele existirem instituições que conseguem alcançar os seus objetivos, com quadros formados, altamente motivados e com níveis de escolaridade elevados. O Instituto Superior De Finanças Públicas E Formação Tribu-

tária (ISFPFT), um espaço de síntese, de reflexão e de construção de conhecimentos, é um dos projectos mais ambiciosos que a AT pretende levar a cabo e está aberto aos demais interessados não pertencentes à instituição. É caso para se dizer que na AT ninguém fica para trás, pois todo o funcionário é chamado a despir a capa de simples servidor público ou recurso material usado como força de trabalho e investir em si, num verdadeiro estímulo à sua auto valorização, pois há espaço para todos e todos constituem o principal e verdadeiro património da AT.

Até ao momento, e na região, a Autoridade Tributária de Moçambique é frequentemente vista como uma instituição bastante dinâmica, inovadora onde cada funcionário é conhecedor do seu trabalho. E mesmo assim, há ainda quem questione a razão disso. A resposta reside num aspecto fundamental: É que a AT detém um grande diferencial competitivo que é precisamente um capital humano altamente qualificado e que tem sido o elemento *alavancador* dos seus resultados. Isto, naturalmente, só é possível devido a existência de uma política de recursos humanos centrada na formação constante e na valorização do funcionário. O exemplo disso são os três Institutos de Finanças Públicas e Formação Tributária (IFPFT) localizadas nas três regiões do país aptos para administrarem qualquer curso para a capacitação dos seus fun-

cionários, em qualquer área de formação.

Depois deste Instituto, o ISFPFT será o “*algo mais*” que irá colocar a AT na vanguarda das instituições públicas do país ao, mais uma vez, fazer a diferença, proporcionando aos seus funcionários mais um instrumento para a sua valorização, treinando-os, motivando-os, desenvolvendo-os e dando-lhes sistematicamente o “*feedback*” do seu desempenho para que, de forma segura possam participar das decisões e da vida da instituição que dia após dia se defronta com um cliente muito



complexo, cada vez mais exigente que é o próprio povo que paga com os impostos os serviços que a função pública lhe proporciona.

Todos Juntos Fazemos Moçambique!

A Directora
Berta Macamo

Campus da AT nasce na Vila da Moamba - Concl.

Sublinhou que, a intenção é de se ter quadros que sejam capazes de enfrentar uma auditoria especializada, por exemplo, às contas e as demonstrações financeiras de mega empresas da áreas mineira, dos hidrocarbonetos e outras de grande dimensão.

Enfatizou que, é imperioso apostar-se na mega formação com recursos próprios, para permitir potenciar quadros à altura das exigências de crescimento e desenvolvimento.

Referiu que, em termos de apoio técnico e tecnológico, a AT pretende ir buscar todas as sinergias possíveis no âmbito de doadores que estão no Fundo Comum. Para tal, foram convidados alguns parceiros para estarem articulados com este projecto na base da cooperação por via de entendimentos que existem nesse sentido. Acrescentou que, os fundos provenientes do Orçamento do Estado para o projecto terão que ser simbólicos, para permitir uma contenção na orientação do Estado para que a complementaridade seja feita por outras sinergias.

Disse ainda que, a instituição contará com quadros internos, de outras instituições, incluindo formandos da SADC, que estejam interessados em beneficiar de formação especializada.

Abordada pela nossa Reportagem sobre os contornos académicos, a Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Estratégias de Formação e responsável pelo projecto de criação da instituição de ensino superior para a AT, Maria Ângela Kane, deu a conhecer que, neste momento os planos curriculares estão a ser desenhados. **“Temos já aprovados pelo Conselho Superior Tributário as duas escolas superiores. Estamos a ter apoio da INTERTEK na sua vertente para a formação através da qual estamos a trabalhar com uma empresa de consultoria na área de formação e educação, com a qual estamos a preparar documentos e matérias que já tínhamos feito até 2009. Estamos a adaptá-las a realidade mais recente”**, acrescentou.

Esclareceu que fez-se circular na Rena (sistema informático da AT) junto aos colegas e a

liderança da AT as propostas iniciais das quais estão a receber “feedback” para a melhoria. **“Só depois de termos os planos curriculares prontos é que podemos passar a questão dos créditos académicos, para podermos fechar o “dossier” e também identificar o núcleo dos professores”**, ajuntou.

Sublinhou que, o projecto é irreversível e se enquadra no Decreto que cria o Estatuto de Pessoal da AT, no qual a instituição prima pela formação contínua dos seus funcionários. É um projecto de cariz profissionalizante porque como Instituto Superior aqui a ideia é de dar formação de índole politécnica, o saber fazer. Isso é uma grande novidade que estamos a trazer, vincou.

Maria Ângela Kane, disse que, no processo de materialização do projecto está em preparação o respectivo “dossier” que será posteriormente encaminhado ao Ministério da Educação (MINED). **“Acabamos de fazer os contactos iniciais com as entidades que formarão a comissão instaladora, para podermos formalizar e tendo isso já podemos viabilizar o dossier a apresentar ao MINED”**, disse.

Por seu turno, o Ministro da Educação, Augusto Jone, saudou a iniciativa, aferindo que, geralmente avança-se para o ensino superior desenhando currículos esquecendo a parte das infra-estruturas, mas pelos vistos a instituição começou bem.

“O outro elemento muito importante consiste no facto de nós termos que sair da improvisação na formação dos recursos humanos fazendo adaptações daquilo que acontece em vários cursos. Em algum momento pegamos alguém que fez PAGE – planificação, administração e fazemos adaptações parece que também dá, incluindo outros cursos. Aqui o que se pretende é a efectiva profissionalização”, reconheceu.

Conforme disse, torna-se impe-

rioso ter profissionais competentes, com alta formação no mundo actual, cada vez mais globalizado em que as tecnologias são de ponta. **“Por isso, quando o senhor Presidente me convidou achei que é do interesse do Governo e do MINED, particularmente, quando se trata de uma instituição do Estado que dá o exemplo de que devemos fazer as coisas com qualidade, isso é muito bom”**.

Recomendou que, à medida que os funcionários da AT forem concluindo os níveis mais altos deverão se transformar em professores, pois, são possuidores da componente técnica, científica, mas é imperioso irem buscar a componente psicopedagógica, disse.

Justificou que, ser professor é uma profissão, daí que, com toda a experiência que os quadros tiverem na área de actividade tributária, o MINED poderá contribuir para os técnicos tornarem-se efectivamente professores, propiciando as metodologias de investigação, as metodologias de trabalho científico, as didácticas, as psicológicas, para que sejam efectivamente professores, pois, só assim, será melhorada a qualidade do trabalho.

“O facto de se seleccionar um lugar distante é para permitir maior reflexão, um ambiente calmo, sem poluição sonora, eu penso que as pessoas vão encontrar mais inspiração e a transpiração académica também para ter o conhecimento necessário”, salientou.

Afirmou que, o MINED vai colaborar solicitando as condições exigidas para a abertura de uma instituição do ensino superior. **“O que tiverdes de dificuldade falem connosco para que o projecto avance e avance rapidamente a partir das condições objectivas que tem e outras que vão criar a partir desse grande projecto que eu considero o sonho do futuro como dizia, pensar no amanhã”**, assegurou. MV

Projecto da AT vai dinamizar a Moamba



- afirma a Administradora distrital, Maria Ângela Manjate

A Administradora da Moamba, Maria Ângela Manjate, considera que, o impacto da construção de um estabelecimento de ensino superior vai produzir um impacto muito grande, pois, vai conferir um outro nível ao distrito e ao longo da rodovia o ambiente vai ser diferente. **“Acredito**

que, com esta iniciativa a nossa Vila vai crescer muito mais”, disse.

Visivelmente satisfeita, disse que, vai beneficiar em larga medida a juventude da Moamba porque há uma percentagem dedicada aos residentes do Distrito, o que é muito bom. **“É uma mais valia, porque ao invés de muitos estudantes, quando acabam a 12ª classe prosseguirem com os estudos em Maputo, podem muito bem estudar aqui. Eles vão-se formar e contribuir para o futuro do nosso país”**, acrescentou. Avante com o processo que é de facto uma mais valia, concluiu. MV

DRS reúne-se com Unidades Orgânicas



Imagens da Sessão do Conselho Directivo Regional

Teve lugar no pretérito dia 16 de Julho, a primeira Sessão do Conselho Directivo Regional, orientada pelo Director Regional Sul, Tomás Timba e dirigida aos quadros de direcção e chefia afectos às unidades orgânicas sob sua jurisdição, com o intuito de proceder a uma análise minuciosa sobre o grau de desempenho na arrecadação de receitas alcançadas no primeiro semestre do presente ano e traçar estratégias conducentes à melhoria do cenário na região.

Com a duração de um dia, os quadros puderam fazer uma radiografia das unidades orgânicas, identificando os principais constrangimentos, para uma melhor abordagem aos desafios colocados na realização dos planos de cobrança até 31 de Dezembro próximo.

Informações disponíveis indicam que, no período em análise, a Direcção Regional Sul (DRS) arrecadou 44.779.949,26MT contra

45.683.918,14MT da meta planificada no plano de cobrança, para as áreas Aduaneira e dos Impostos Internos, o que corresponde a um grau de realização de 98,02%.

O Director Tomás Timba reconheceu o trabalho realizado a nível da região, com vista ao alcance das metas previstas, pese embora não tenham sido alcançadas na totalidade, tendo apelado os presentes a redobrar os esforços de modo a cumprir com o programado na meta anual cuja cifra é de 95.7 mil milhões de meticais.

Os Delegados Provinciais presentes na referida Sessão declararam, energicamente, nos seus relatórios, que a meta anual de receitas está garantida.

Paralelamente ao esforço de arrecadação das receitas, a região Sul logrou registar no período em análise 151.638 NUIT's dos quais 148.874 Singulares e 2.764 Colectivas.

O trabalho de registo de novos contribuintes e de atribuição de NUIT's viu reforçado durante o trimestre a sua amplitude, com a realização de seminários para formação de formadores de

disseminadores de educação fiscal e popularização do imposto, nas Delegações Provinciais, numa acção que envolveu estudantes universitários e secundários, associações juvenis e comerciais, bem como funcionários públicos.

O Director Timba apelou os colegas para encarar a I Sessão do Colectivo de Direcção como uma oportunidade para fornecer ferramentas pertinentes para galvanizar o desempenho face aos desafios que se colocam ao longo do percurso, com os olhos postos no aumento dos níveis de receitas sustentáveis para o cofre do Estado e no incremento de acções de educação fiscal e popularização do Imposto, condição "*sine qua non*" para o alargamento da base tributária na região, em particular, e no País, em geral.

"Esta constatação traduz, sem sombra para dúvidas, uma reconfortante maturidade na definição dos nossos objectivos e na prossecução das acções subsequentes para a concretização dos propósitos que consubstanciam as nossas metas", disse.

No encontro de um dia, os quadros passaram em revista os passos dados pela instituição, nos últimos meses, em direcção ao alargamento da base tributária.

"Com total abertura, inovação e espírito construtivo crítico, motivados pela experiência profissional comprovada em várias áreas e ao longo de largos anos ao serviço da nossa instituição, integramos vivamente em torno do Estatuto Orgânico da Autoridade Tributária e do Organigrama das Direcções Regionais e das Delegações Provinciais", observou o Director.

Salientou que, este não é o momento de discursos, mas sim de acção. Ao terminar endereçou uma calorosa saudação a todos funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique na região Sul que, enfrentando vicissitudes de vária ordem, abraçam diariamente o desafio de arrecadar as receitas para os cofres do Estado e de assumir o controlo contudente do território aduaneiro.

Alertou igualmente os quadros sobre a importância que a região Sul representa em relação à carteira fiscal global, tendo apelado à conjugação de esforços no exercício das suas funções.

O caso de Inhambane

De acordo com Amido Abdala, delegado provincial em declarações ao Mais-Valia, com uma meta de colecta, de Janeiro a Junho, de 302.722,30 mil Meticais, a Delegação Provincial da AT em Inhambane (DPATI) arrecadou durante o período em análise o montante de 290.696,17 mil meticais, para as receitas do Estado, que corresponde a 96,00% de realização, ficando muito aquém da

*"Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA"*

Doe Sangue e
salve Vidas...



DRS reúne-se com Unidades Orgânicas - Concl.

www.at.gov.mz

meta prevista. Não obstante o incumprimento, os dados acima representam um crescimento nominal de cerca 20,31%, relativamente ao igual período do ano passado, e apesar do incumprimento, as perspectivas abrem excelentes esperanças de um desafio na realização da meta anual programada para o ano de 2013, de 650 977,29 mil meticais.

Da totalidade das receitas cobradas, 256.138,17 mil meticais foram cobrados pela área operativa dos impostos internos e 34.558,00 mil meticais pela área operativa das Alfândegas, representando 88,00% e 12%, respectivamente.

No que tange à cobrança do ISPC, de um total programado para o período em análise de 4.129.53 MT foram cobrados para os cofres do Estado 4.238.61MT o que corresponde a uma realização de 102.64% este feito quando comparado com o período homólogo de 2012, corresponde a um crescimento nominal de 172,8%.

Apesar do incumprimento da meta de uma forma geral, a contar pelas acções que existem em carteira a serem levados acabo no II semestre com vista a reverter o cenário, a província se desafia a chegar no final do ano com um cenário do que se verificou no primeiro semestre. Relativamente a acção de registo de novos contribuintes, a província, durante o período em balanço, atribuiu 14.595 NUITs, sendo 14.482 a pessoas

singulares e 113 a pessoas colectivas, correspondente a uma realização de 111,89%, do programa semestral fixado em 13.0449 NUITs.

Ainda no que tange ao registo de novos contribuintes, em

Em relação às actividades transversais destaca-se a divulgação e auscultação aos agentes económicos de matérias como tributação, Maquinas fiscais, a lei da probidade pública e ética e ante corrupção este destinado



Inhambane possui um imenso e rico património natural cobiçado internacionalmente (Cortesia: jornal Notícias)

ISPC foram registados 1.108 novos contribuintes de uma meta semestral de 3.230, o que corresponde a 34,30%, ficando aquém da meta, ainda assim quando comparado com período homólogo de 2012 este feito representa um crescimento nominal na ordem 38%.

A província de Inhambane tem como um potencial a actividade turística, como estratégia para a monitorar esta actividade foi criada ao longo semestre um sector que se responsabilizara pela gestão da carteira fiscal de contribuintes deste ramo, oferecendo-se a um atendimento personalizado, esta equipa terá a obrigação de fazer o acompanhamento directo das entregas de impostos.

somente aos funcionários da DPATI e ministrado por técnicos do GCInterno e o Digníssimo Procurador provincial de Inhambane.

É de salientar que Inhambane dispõe de um grande potencial arrecadatório em impostos sobre bens e serviços ligado ao Turismo, tendo em conta o número e a diversidade da oferta que lá se pode encontrar. Não obstante, verifica-se uma erosão da carteira fiscal neste particular, tendo em conta que quase a totalidade dos serviços de alojamento, alimentação, lazer e outros já são pré-pagos no ponto de partida dos turistas.

De acordo com o matutino "Notícias" de Maputo, Apenas em 2012, Sessenta e quatro

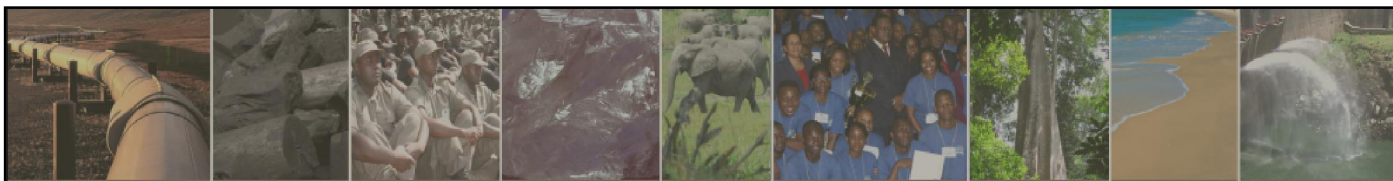
Doe Sangue e
salve Vidas...



estâncias turísticas haviam solicitado autorização para entrar em funcionamento, ainda este ano, na província de Inhambane, constituindo parte do pacote financeiro de investimento daquele ano, avaliado em 6.313,50 milhões de Mts. Os empreendimentos cujas obras da sua construção se encontram na fase dos acabamentos são restaurantes, casas de hóspedes, pensões e lodges. Estes projectos estão sendo implementados na costa dos distritos de Inhassoro, Vilankulo, Massinga, Morrumbene, Jangamo e Inharrime.

Mais de 246.600 turistas, entre nacionais e estrangeiros e de classe média-alta para os padrões nacionais, terão visitado a província de Inhambane em 2012. Sendo que uma parte significativa destes são residentes sazonais na zona que visitam sobretudo em datas festivas.

No segundo Semestre, a DPATI prosseguirá com o objectivo de atingir a meta prevista que é de 348.164.44 mil meticais para o período e cobrir igualmente os cerca de 4% do défice que transita dos primeiros seis meses, fortalecendo as actividades de auditoria e fiscalização, campanhas sensibilização e de educação fiscal e popularização de imposto com vista ao alargamento da base tributária como estratégia para o alcance das metas. **MV**



**A valorização dos recursos humanos
como factor decisivo na tributação de recursos naturais
em prol do desenvolvimento económico**

Delegação da Etiópia busca experiências no âmbito da JUE

O Presidente da Autoridade Tributária (AT), Rosário Fernandes, manteve um encontro de trabalho, no dia 23 de Julho último, na sala de reuniões do Conselho Superior Tributário, com uma delegação multi-sectorial da Etiópia, chefiada por Mesay Moreda, representante do Director – Geral do Governo Electrónico, composta por quadros do Ministério de Comunicação e Tecnologias de Informação e Comunicação e da autoridade aduaneira.

A missão etíope tinha como objectivo a recolha de experiências sobre o Projecto da Janela Única Electrónica (JUE), e incluiu visitas ao Terminal Internacional Marítima – TIMAR, CTA, para além de outras entidades.

O programa de estadia da delegação etíope, com a duração de cinco dias em Moçambique, contempla ainda o Terminal Rodoviário de Namaacha, que congrega o Terminal de passageiros, num percurso que dista 70 quilómetros, a Fronteira de Ressano Garcia e o porto de Maputo.

Após dar as boas vindas aos visitantes, o Presidente da AT, Rosário Fernandes, que se fazia acompanhar por membros do Conselho Superior Tributário e pelo Director – Geral da MCNETT, descreveu que, a República Federal da Etiópia é uma referência para o nosso país em termos de desenvolvimento da economia, aludindo que, a grande diferença está nos níveis de crescimento.

Compulsando os dados, indicou que, a Etiópia possui uma base de desenvolvimento económica robusta, sendo que mais de 80% da sua população dedica-se ao sector agrário, nomeadamente à agricultura e a criação de gado. Com níveis de crescimento bastante elevados, a agricultura possui um contributo calculado em 90% do PIB. Em termos de taxas do PIB são elevadas com mais de 100 biliões de dólares, o que ultrapassa seis vezes mais ao de Moçambique. O PIB per capita é de 1.150 dólares por cabeça, perfazendo o dobro do

nosso país.

Comparando, em termos de impacto o nosso país está muito aquém, com taxas que rondam os 25%, sendo que, mais de 70% da população exerce a sua actividade no sector informal. Moçambique, à semelhança da maioria dos países da África possui grande prevalência na área de comércio e serviços, disse, para acrescentar que, os



Delegação etíope visitando a sede da Autoridade Tributária de Moçambique

ramos da agricultura e da indústria ainda estão num plano inferior, pese embora seja a base de desenvolvimento de um país. Por seu turno, o chefe da delegação da Etiópia, Mesay Moreda, agradeceu o espaço concedido pelo presidente da AT na sua agenda de trabalho, com intuito de receber a sua delegação e pelo profundo conhecimento que tem da história do seu país. Fez menção ao objectivo específico da missão em relação à implementação da JUE que aprender de forma excelente como Moçambique tem resolvido problemas. “Gostaríamos de aprender deste sistema, para podermos implementar um sistema semelhante no nosso país. Moçambique vai desempenhar um papel muito importante no aprendizado que nós estamos a ter neste processo. É uma grande experiência ver no terreno como as tecnologias de informação e comunicação podem ser usadas para resolver problemas localmente”, venceu. Conforme disse, o referido

sistema tem contribuído para a melhoria na arrecadação de receitas e na transparência dos processos.

Retrospectiva Histórica

Num outro desenvolvimento, o Dr. Rosário Fernandes fez uma retrospectiva da história daquele país situado no corno de África, que foi caracterizado

ne (UEM) de 1982, referiu que, a história de Moçambique também foi marcada pela monarquia, conquanto que o Estado de Gaza também conhecido como Império de Gaza, a sul do Save, abrangia no seu apogeu toda a área costeira entre os rios Zambeze e Maputo e tinha a sua capital em Manjacaze, na actual província de Gaza. Entre 1821-1858 conheceu alguns Impérios, nomeadamente Monomotapa, Zulu e Gaza, cuja monarquia viria a ser abolida há mais de um século. Destacou. Mas considerou não ser sempre relevante o modo como a história de cada país é construída. Justificando que, as histórias são sempre bonitas só pelos factos delas terem sido construídas cada uma à sua maneira. **“A beleza é específica de cada país. Cada país escreve a sua história. A maneira como a Etiópia escreveu a sua história sobretudo desde 1974 é bonita”**, assinalou.

Precisou que, hoje ambos países caminham juntos em regimes republicanos com características diferentes, sublinhando que o mais importante é o fortalecimento das relações.

É de salientar que, a Etiópia ascendeu a República Federal há cerca de 18 anos. **MV**

Adesão de estagiários supera expectativas na AT

- revela Director de Formação, Dr. Casimiro Mabota

Nos últimos três anos, mais de 500 finalistas oriundos das várias instituições do ensino superior e do ensino técnico médio profissional submeteram os seus pedidos de estágio na Autoridade Tributária de Moçambique (AT), em todo o território nacional.

Dados estatísticos indicam que, em 2012, totalizaram 540 estagiários, que submeteram os seus pedidos de estágio e foram autorizados a desenvolver as suas práticas a nível das várias unidades orgânicas da instituição. Até ao mês de Junho do presente ano, foram registados pouco mais de 300 pedidos, número que poderá vir a aumentar significativamente até ao final do ano. Apuramos que, pela densidade dos pedidos, a maior parte se concentra na Cidade de Maputo, seguindo-se a Província, espalhando-se pelas restantes províncias do país.

A informação foi avançada há dias pelo Director de Formação da AT, Casimiro Mabota, no quadro da visita efectuada pelo Ministro da Educação, Augusto Jone, às instalações provisórias do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária, na Cidade da Matola.

MV

Publicado em Maputo o VI CEPI

O Banco de Moçambique divulgou no dia 24 de Julho do corrente, a sexta edição do CEPI - Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, documento que integra o conjunto de publicações com base nas quais o Banco de Moçambique (BM) tem partilhado informações recentes com as instituições que operam no sistema financeiro moçambicano, analistas e académicos, entre outros, no âmbito da melhoria da transparência na condução da política monetária no país.

Nesta edição, o CEPI reporta a informação económica e financeira disponível no segundo trimestre de 2013, com destaque para os desenvolvimentos económicos e financeiros da conjuntura internacional e a evolução dos principais indicadores económicos e financeiros de Moçambique, com maior ênfase para a trajectória da inflação, a evolução dos agregados monetários e as suas tendências de curto e médio prazos, assim como as decisões de política monetária tomadas no período e as perspectivas de inflação de curto e médio prazos.

Economia Mundial sob o espectro da inflação

De acordo com CEPI, em Junho, a inflação anual, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor da cidade de Maputo, foi de 5,20%, o que representa uma aceleração de 3,02 pontos percentuais relativamente a Dezembro de 2012 (2,18%). No segundo trimestre assistiu-se a um cenário de abrandamento do ritmo de agravamento do nível geral dos preços, tendo a inflação acumulada regredido para 2,50%, em Junho.

Por seu turno, a inflação média anual manteve o seu sentido de aceleração, iniciado no início do ano, tendo atingido o nível

de 3,03%, em Junho, após 2,23%, em Março último. Acrescenta ainda que o andamento da inflação anual no primeiro semestre de 2013 reflectiu o efeito conjugado de factores internos e externos nomeadamente: (i) o ajustamento em alta dos preços dos serviços de educação (propinas e material escolar), que normalmente ocorre no início do ano lectivo; (ii) o fortalecimento do Dólar dos Estados Unidos da América no mercado internacional, afectando os preços de alguns bens importados; (iii) o agravamento de preços dos alimentos sul-africanos, apesar do índice geral ter registado sinal de abrandamento em Maio último e a baixa produção local de frutas, vegetais e legumino-

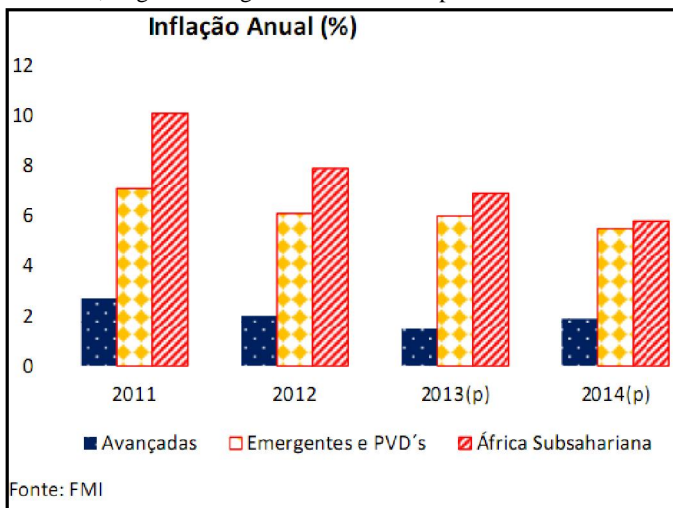
Nampula, o nível registado em Junho foi de 4,86%, que representa uma aceleração no trimestre de 0,59 pontos percentuais. Enquanto isso, a inflação média anual passou de 2,51%, em Março para 3,07%, em Junho. A conjuntura económica mundial no I semestre de 2013 continuou a desapontar, traduzida pela retracção da actividade económica na região do euro e pelo desempenho aquém das expectativas das economias emergentes o que fez com que o Fundo Monetário Internacional procedesse à revisão em baixa das previsões de crescimento da economia mundial em 2013. O destaque vai igualmente para as melhorias observadas nos EUA, onde a criação crescente de novos postos de trabalho e a

riscos os seguintes factores: (i) as incertezas nos mercados financeiros globais com destaque para o agravamento da crise da dívida soberana europeia e o seu alastramento para mais países; (iii) a problemática da política orçamental nos EUA; e (iv) o reforço da política ultra-expansionista do Banco do Japão, que poderá resultar num aumento da liquidez existente no mercado, que tem vindo a estimular a formação de movimentos especulativos em mercados de activos de maior risco.

Africa Subsaariana com perspectivas animadoras

Em relação a África subsaariana, as perspectivas divulgadas pelo FMI, em Maio de 2013, mostram que as economias desta região continuarão relativamente robustas em 2013, antevendo-se um crescimento na ordem 5,4% após 5,1% em 2012. O bom desempenho, continuará a ser sustentado pelo aumento da procura doméstica em face dos investimentos em infra-estruturas suportados pelo investimento directo estrangeiro e pela exploração e exportação de recursos naturais não renováveis, existente em número considerável de economias da região. Para a SADC, o FMI prevê um crescimento de 2,5% em 2013 e 2,9% para 2014. No caso de Moçambique prevê-se um crescimento de 8,4% em 2013 e 8,0% em 2014.

Ao nível doméstico, dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o Produto Interno Bruto real cresceu, em termos anuais, em 4,8%, no primeiro trimestre de 2013 (o PIB anual foi de 7,2%). Este crescimento corresponde a uma desaceleração da actividade económica em 4,1 pontos percentuais em relação ao registado no trimestre anterior, afectada pela queda de produção do sector agrícola, como resultado das cheias registadas no princípio do corrente ano, factores que igualmente condicionaram a rede



de frutas, vegetais e legumino-

sas, nos primeiros meses do ano, que em seguida revelou sinais de uma elevada recuperação. Entretanto, estes factores foram, parcialmente, amortecidos pelo fortalecimento do Metical face ao Rand, que veio a favorecer a queda dos preços de alguns bens de origem sul-africana e pela manutenção de preços de administrados, bem assim pela recuperação da produção doméstica de frutas e vegetais, habitual nesta época fresca do ano.

No que respeita à inflação anual de Moçambique, calculada a partir do índice que agrega as cidades de Maputo, Beira e

consequente redução da taxa de desemprego tem contribuído para um maior optimismo sobre a trajectória futura desta economia.

Não obstante o enfraquecimento da procura global devido à frágil recuperação económica mundial e às perspectivas de redução dos preços das commodities no mercado internacional, existe algum risco inflacionário latente em 2013, sobretudo nas economias avançadas por conta da manutenção e em alguns casos intensificação das medidas de política monetária e fiscais de estímulo à expansão da actividade produtiva. Acrescentam-se a estes

Doe Sangue e
salve Vidas...



Publicado em Maputo o VI CEPI - Concl.

interna de abastecimento de energia e a rede de transporte para a África do Sul provocando queda do volume de produção do sector de electricidade e águas, acrescido da queda de exportações do alumínio e da produção do ramo alimentar, afectando a industria transformadora. Os sectores de industria de extracção mineira, de construção e dos transportes e comunicações continuam a revelar-se como sendo os mais dinâmicos da economia e os que mais contribuíram para o crescimento anual no primeiro trimestre do ano com níveis acima de 3,8 pontos percentuais.

No primeiro trimestre de 2013, as transacções correntes de Moçambique com o resto do mundo, resultaram num saldo negativo de USD 1.671,9 milhões, representando um agravamento em 39,5%, comparativamente ao período homólogo de 2012, explicado pelo incremento do défice da conta de bens em cerca de 68%, em face do decréscimo das exportações dos grandes projectos em 2,2%, como consequência das cheias que assolaram o país nos primeiros meses de 2013 e que resultaram em cortes nas principais vias de comunicação e que se reflectiram na queda do crescimento do produto interno bruto, no período. Por seu turno, o agravamento do défice resulta também do aumento das importações em 29,9%, com destaque para os combustíveis e as importações dos grandes projectos.

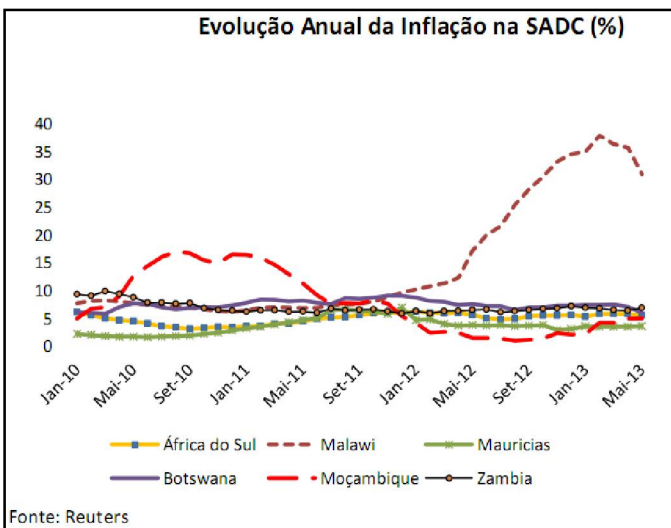
No mercado cambial interbancário, o Banco de Moçambique voltou a posicionar-se como vendedor líquido de divisas ao longo do segundo trimestre de 2013, ao realizar vendas aos bancos comerciais num total de USD 165,1 milhões, grande parte do qual para satisfazer à necessidade de importação de combustíveis. No final deste período, o saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RIL's) foi de USD 2.338,6 milhões, equivalente a um aumento, no

trimestre, de USD 61 milhões, situando-se, porém, em cerca de USD 21,4 milhões abaixo da meta de USD 2.360 fixada para o período. Este saldo das RIL's corresponde a um grau de cobertura de cerca de 5,3 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

Metical continua estável

No segundo trimestre de 2013, o Metical apreciou face ao Dólar dos Estados Unidos da América em 0,76%, face a uma maior disponibilidade de divisas no mercado, não obstante a tendência de apreciação do

monetária – medida pelo agregado mais amplo de moeda (M3) - ao incrementar em apenas 2.128 milhões de meticais nos últimos dois meses terminados em Maio, viu a expansão anual regredir em relação à variação homóloga registada em Março, em 4,6 pontos percentuais para um nível de 23,7%, no final de Maio. Todavia, o saldo do endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional aumentou nos meses de Abril e Maio em 7.037 milhões de meticais (5,8%), tendo a variação anual acelerado em 4,6 pontos percentuais,



Dólar norte-americano no mercado internacional. Relativamente ao Rand sul-africano, ao ser cotado no último dia do mês de Junho de 2013, em 2,98 meticais, a moeda nacional registou uma apreciação nominal de 8,59% no II trimestre do ano e anual de 12,87%, parcialmente justificada pelo desempenho da economia sul-africana aquém do esperado, aliado às recentes greves no sector mineiro.

Dados disponíveis das contas monetárias reportados ao mês de Maio mostram uma tendência de desaceleração do crescimento da oferta monetária, não obstante a aceleração do crédito à economia, relativamente ao fecho do primeiro trimestre de 2013. Efectivamente, a oferta

passando para 28,1%, contra 7,7% em igual período de 2012. A expansão do crédito à economia está associada ao financiamento as empresas privadas envolvidas nos grandes empreendimentos públicos.

A actual conjuntura económica favorece a revisão em baixa das previsões de inflação para o final de 2013 quando comparadas às previsões avançadas em Abril último. Esta tendência é, essencialmente, fundamentada pelos seguintes factores: (i) a revisão no sentido de redução das perspectivas de crescimento económico global para 2013; (ii) a contenção de preços administrados ao nível da economia doméstica; e (iii) o comportamento do Metical face às moedas dos principais parceiros

Doe Sangue e
salve Vidas...



comerciais do país, que se caracteriza por um abrandamento, em termos efectivos nominais, dos ritmos de depreciação.

Apesar das previsões de inflação estarem em linha com o programa económico do governo para o ano 2013, persistem ainda alguns riscos inflacionários provenientes das perspectivas de aceleração de preços em algumas economias de mercados desenvolvidos e emergentes, com destaque para a África do Sul onde o Rand continua a enfraquecer no mercado cambial internacional.

Banco de Moçambique inter-vém novamente nos mercados interbancários

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO), reunido no dia 12 de Julho de 2013, na sua sétima sessão ordinária do ano, tomou nota das tendências mais recentes da inflação, cujo abrandamento espelha não só o seu comportamento sazonal, mas também a recuperação da produção doméstica de frutas e vegetais, associada à estabilidade do Metical no mercado cambial doméstico, o que tem estado a contribuir para a melhoria dos níveis de inflação previstos para curto e médio prazos, não obstante, a situação adversa e elevados riscos e incertezas que prevalecem na conjuntura económico-financeira. Neste contexto, o CPMO deliberou: (i) intervir nos mercados interbancários para garantir que a base monetária não ultrapasse 42.363 milhões de meticais, no final de Julho de 2013; (ii) manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 9,0%; (iii) manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 1,75%; e (iv) manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias, fixado em 8,0%. **MV**

Em Foco: Desmaterialização do Processo de Reembolsos

Como referido na edição anterior, a empresa portuguesa de software *TierONE* apresentou a 15 de Julho do corrente, uma solução *web* de *workflow* a quadras da Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação (DTIC) e do projecto *e-Tributação*, que teve como base um Estudo de Caso sobre os Reembolsos na AT, responden-

MT, correspondentes a um nível de prestação de 84,16% e, pagos 48.110 pedidos no valor de 774,04 milhões de MT correspondente a um nível de prestação de 74,10%.

No período em análise, foram recebidos 15.868 pedidos de reembolso no valor de 190,29 milhões de MT do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas

no montante de 43,93 milhões de MT.

No tocante ao IRPC, durante o mesmo período, foram recebidos e submetidos a Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária (DAFT), para efeitos de aferição da sua legitimidade, 36 pedidos no valor de 156,18 milhões de MT. A prestação nesta categoria de imposto cor-

foram tratados 485 pedidos no valor 5.968,03 milhões de MT, correspondente a uma prestação de 74,16% e 65,37% respectivamente, tendo sido pagos 396 pedidos no montante de 3.468,98 milhões de MT, correspondentes a uma prestação de 60,55% em termos de quantidade 38,00% em relação ao valor.

No que tange aos diplomatas, do total dos processos, entre os recebidos e os transitados dos anos anteriores, foram tratados 413 pedidos no valor de 85,05 milhões de MT, tendo sido pagos 382 pedidos no montante de 60,98 milhões de MT, correspondentes a 83,77 e 67,23 em termos de quantidades e valores respectivamente.

Finalmente, constatou-se que a introdução da alínea c) do nº 2 do artigo 14, da Lei 3/2012 no Código do IVA, que isenta a aquisição de serviços relativos à perfuração, pesquisa e construção de infra-estruturas no âmbito da actividade mineira ou petrolífera na fase de prospecção e pesquisa, não gerou o impacto desejado, por se manter, o incremento dos pedidos de reembolso que o sector de minas e de hidrocarbonetos apresentaram ao longo do ano à DGI. Com a aprovação daquele instrumento jurídico fiscal, era expectável que o volume de reembolsos desta categoria de impostos decrescesse na pro-

| Processos de Reembolso | Desempenho | | Variação (%) |
|------------------------|------------|----------|--------------|
| | Ano 2011 | Ano 2012 | |
| Solicitados | 11.394 | 15.904 | 39,58 |
| Tratados | 5.745 | 8.665 | 50,83 |
| Pagos | 5.202 | 8.428 | 62,01 |

Reembolsos em IRPS/IRPC (Fonte: VII Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira)

do assim a um desafio feito àquela empresa durante a apresentação do seu *portfólio* no mês de Abril de 2013. Dando prosseguimento ao tema, o Mais-Valia realiza aqui uma viagem imaginária ao mundo dos reembolsos em Moçambique. Os pontos candentes da nossa reportagem são apresentados de seguida.

O Nó Górdio dos Reembolsos

Até 31 de Dezembro de 2012 foram recebidos 15.904 pedidos de reembolso de Impostos de Rendimento (IR) no valor de 346,48 milhões de MT e transitados de períodos anteriores (2006 à 2011) 6.269 pedidos no montante de 157,85 milhões de MT, dos quais, foram tratados 13.606 pedidos no montante de 235,87 milhões de MT, correspondendo a um nível de prestação de 61,36% relativamente ao número de pedidos solicitados e transitados para 2012. Em termos cumulativos de 2005 a 30 de Setembro de 2012 foram recebidos 64.922 pedidos de reembolso no valor de 1.299,02 milhões de MT, tendo sido tratados 54.636 pedidos no montante de 934,11 milhões de

Singulares (IRPS) e transitaram de exercícios anteriores (2006 a 2011) 6.196 pedidos no valor de 79,51 milhões de MT. Em termos acumulados (2005 a 2012) foram recebidos 64.653 pedidos no valor de 725,95 milhões de MT, tendo sido tratados 54.472 pedidos no valor de 556,02 milhões de MT e pagos 47.993 pedidos no valor de 496,70. Este desempenho corresponde a uma prestação de 84,25% dos pedidos tratados e 74,23% dos pagos, tendo como base o número de pedidos solicitados e transitados de anos anteriores. Estão

responde a cerca de 60,97% dos pedidos tratados e 43,49% dos pagos, tomando como base o número de pedidos solicitados em 2012 e anos anteriores.

Somente no ano de 2012, deram entrada na AT a nível nacional 857 pedidos de reembolso do IVA no montante de 4.428,73 milhões de MT, dos quais 420 do regime normal no valor de 4.339,79 milhões de MT e 437 referentes a Diplomatas no valor de 88,94 milhões de MT. Destes, foram pagos 778 pedidos de reembolsos correspondentes a 3.529,97 milhões de MT, dos quais 584 recebidos

| Pedidos de Reembolso | Desempenho | | Variação (%) |
|----------------------|------------|----------|--------------|
| | Ano 2011 | Ano 2012 | |
| Solicitados | 815 | 857 | 5,15 |
| Tratados | 634 | 704 | 11,04 |
| Pagos | 546 | 584 | 6,96 |

Reembolsos em IVA (Fonte: VII Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira)

em análise 5.877 pedidos de reembolso no montante de 79,47 milhões de MT e autorizados por pagar 4.304 pedidos

em 2012. Conforme acima referido, dos pedidos de reembolso de IVA recebidos e transitados do Regime Normal,

porção do seu peso na dívida potencial (72%), o que ainda não se verificou. Com efeito, a dívida potencial é hoje de

Desmaterialização do Processo de Reembolsos - Cont.

Doe Sangue e salve Vidas...



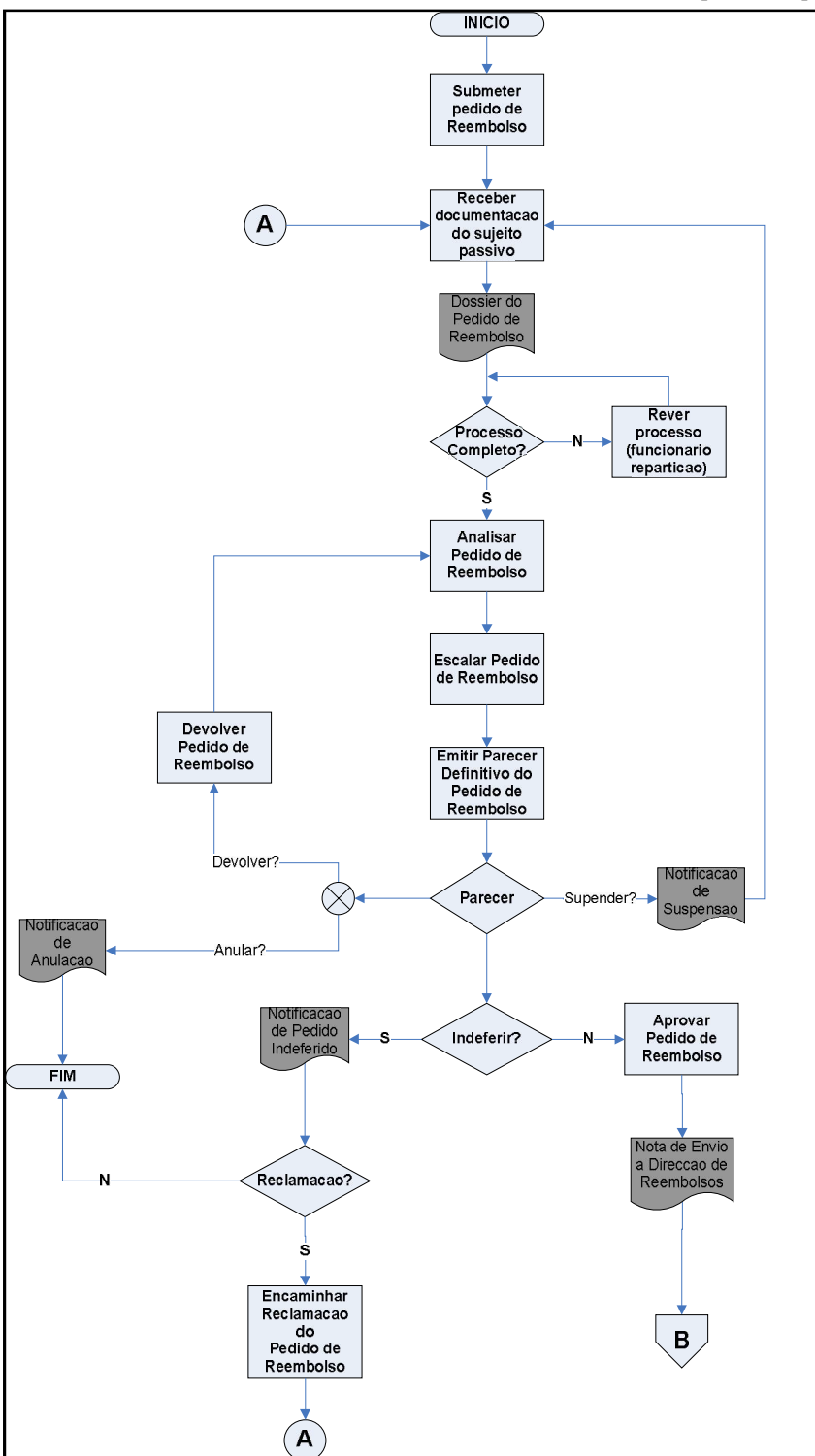
5,989.77 milhões de MT, sendo a dívida do sector de carvão

mineral calculada em 3,820.62 milhões de MT, o que constitui 64% do total.

E o Paliativo Fiscal...

Para responder a este fraco desempenho, foram lançadas à mão várias medidas avulsas, tidas como estratégia para responder à questão dos reembolsos.

www.at.gov.mz



Fluxo de trabalho dos Pedidos de Reembolsos numa DAF/UGC (Fonte: R.Santos)

No caso do IVA, estabeleceu-se o reforço da monitorização e fiscalização da implementação da alínea c), nº 2 do artigo 14, da Lei nº 03/2012, de 23 de Janeiro. Estudos com vista a diminuir os pedidos de reembolsos com valores insustentáveis para o Erário Público foram também sugeridos, bem como mais celeridade nos trabalhos de auditoria para aferição da legitimidade dos pedidos.

Quanto aos Impostos de Rendimento, elegeu-se a capacitação técnica (on *the job training*) dos funcionários adstritos aos sectores de reembolso de IR, de acordo com os resultados da auto-avaliação e do diagnóstico das necessidades de formação, bem como, a título pontual, **“...a solicitação de NIB’s impressos pelos Bancos, como forma de reduzir algumas incorrecções constantes dos pedidos e eliminar o stock de processos pendentes...”** (!).

A isto, acresce-se a alteração das tabelas do IRPS

com efeitos já para o ano 2014, que com pompa e circunstância foram apresentadas no recente X Conselho de Fiscalidade de Maputo, a criação da figura de gestor dos grandes contribuintes e até o nascimento de UGCs próximo a zonas de implantação dos megas projectos. E por último, o desejo de se transferir a incumbência do pagamento dos reembolsos para a Direcção Nacional do Tesouro, à semelhança do que já se verifica em outros países do mundo. Note-se porém que, apesar deste empenho administrativo e legal, nenhuma medida proposta vai no sentido da redução dos processos manuais de trabalho, com arquivo em papel. Aliás, em certos casos, até parece apelar-se ao seu reforço.

O Fluxo dos Pedidos de Reembolsos

Porque a análise ao fluxo dos pedidos de reembolso que são entregues na Repartição Fiscal que abarcam três tipos de impostos em Moçambique (IVA, o IRPS e o IRPC), permite concluir que arrastam consigo um conjunto de documentos que varia de acordo com a especificidade do tributo. Por exemplo, no caso do IVA:

- Fotocópia das três últimas declarações periódicas, caso o crédito de imposto for influenciado por créditos de períodos anteriores;
- Notas Justificativas das regularizações efectuadas relativas ao período correspondente ao total do crédito, nomeadamente:
 - Tipo de operação realizada;
 - Identificação fiscal do

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

Desmaterialização do Processo de Reembolsos - Cont.

www.at.gov.mz

sujeito passivo com o qual se efectua o reembolso;

- Valor do reembolso e respectiva base de incidência.

c. Extracto de Fornecedores relativo a todos os períodos a que corresponde o crédito a reembolsar, elaborado de

acordo com um modelo próprio, devidamente reconhecido;

d. Cópia do Balancete Sintético do Razão assinalado, relativo ao período cujo reembolso se solicita;

Doe Sangue e salve Vidas...

e. Cópia do Documento Único de importação definitivo (IVA relativo à taxas aduaneiras), passado pela correspondente estância aduaneira; e
f. Cópia do Documento Único de exportação, passando pela competente estância aduaneira e certificado pela instituição bancária.

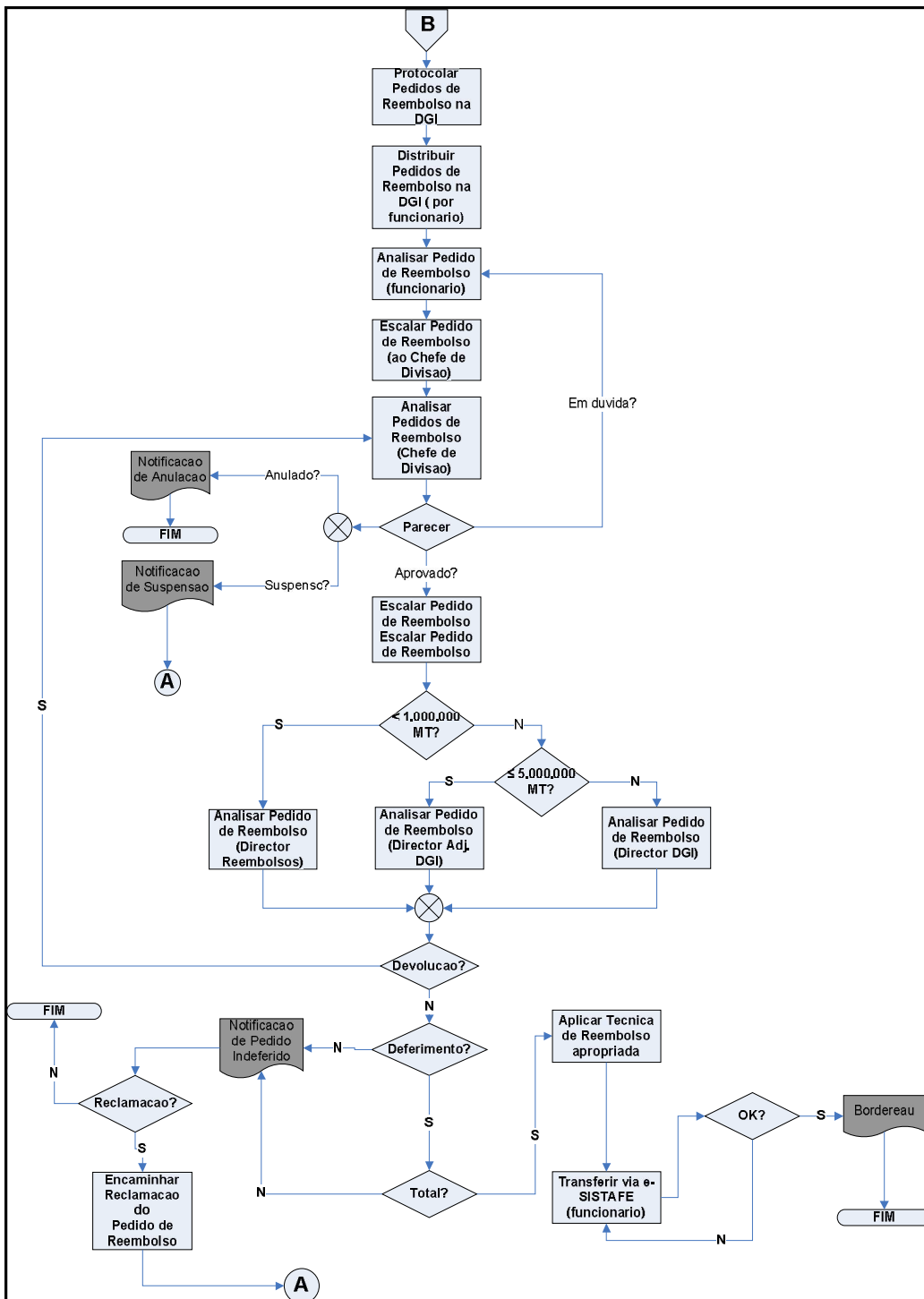
No caso do IRPS, o processo é bem mais simples. No lugar das notas justificativas referidas na alínea b) apresentam-se cópias das declarações de rendimentos (M/10) feitas no período em que se deseja ser reembolsado. Sendo que não se reembolsam mais dívidas do Estado superiores a 5 anos fiscais. Além disso, pede-se para anexar ao requerimento de pedido de reembolsos, dados sobre o número de identificação bancária (NIB). No IRPC, o processo é um pouco mais complexo, mas como a sua ocorrência é muito rara, não entra para já na lista dos aspectos mais críticos dos reembolsos.

Onde tudo emperra

A gestão do processo de reembolsos é fundamentalmente manual. Desde o registo dos pedidos, o controlo da sua tramitação nas Repartições Fiscais e na Direcção dos Reembolsos na Direcção-Geral de Impostos -DGI (sede), até à conclusão do processo que culmina com deferimento e subsequente pagamento via e-SISTAFE ou indeferimento.

Sempre que o sujeito passivo deseje saber o “status” do seu pedido na Repartição Fiscal, deve esperar que o funcionário

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”



Fluxo de trabalho dos Pedidos de Reembolsos na Direcção de Reembolsos da DGI (fonte: R. Santos)

Desmaterialização do Processo de Reembolsos - Cont.

realize uma pesquisa em pastas do arquivo em papel para localizar o processo relativo ao contribuinte. Posto que muitas vezes, este “status” é lançado num ficheiro Excel. Se porventura o pedido de reembolsos tiver já sido transitado para a Direcção de Reembolsos na DGI, o funcionário da Repartição Fiscal contacta-a por telemóvel ou e-mail para saber o “status” do expediente, ou então, simplesmente recomenda que o próprio sujeito passivo lá se dirija para saber do seu assunto.

Por outro lado, o próprio expediente oriundo da Repartição Fiscal é tramitado em arquivo de papel por estafeta. Sendo que algumas vezes, se perdem peças documentais já reunidas na Repartição Fiscal, o que vem a comprometer os prazos para o desfecho do pedido de reembolsos. Por exemplo:

a. Em média, é necessário um período adicional de trinta (30) dias na transição Repartição Fiscal para a Direcção de Reembolsos só para se certificar que todas as peças documentais do pedido de reembolso estão conformes. Mas também há registo de casos que ultrapassaram um ano de espera. Para agravar, não há mecanismo alternativo que possibilite a redução destes prazos. Este cenário faz com que muitas vezes haja duplicação de expediente, perdendo-se tempo e esforço humano para reanalisar processos quase trami-

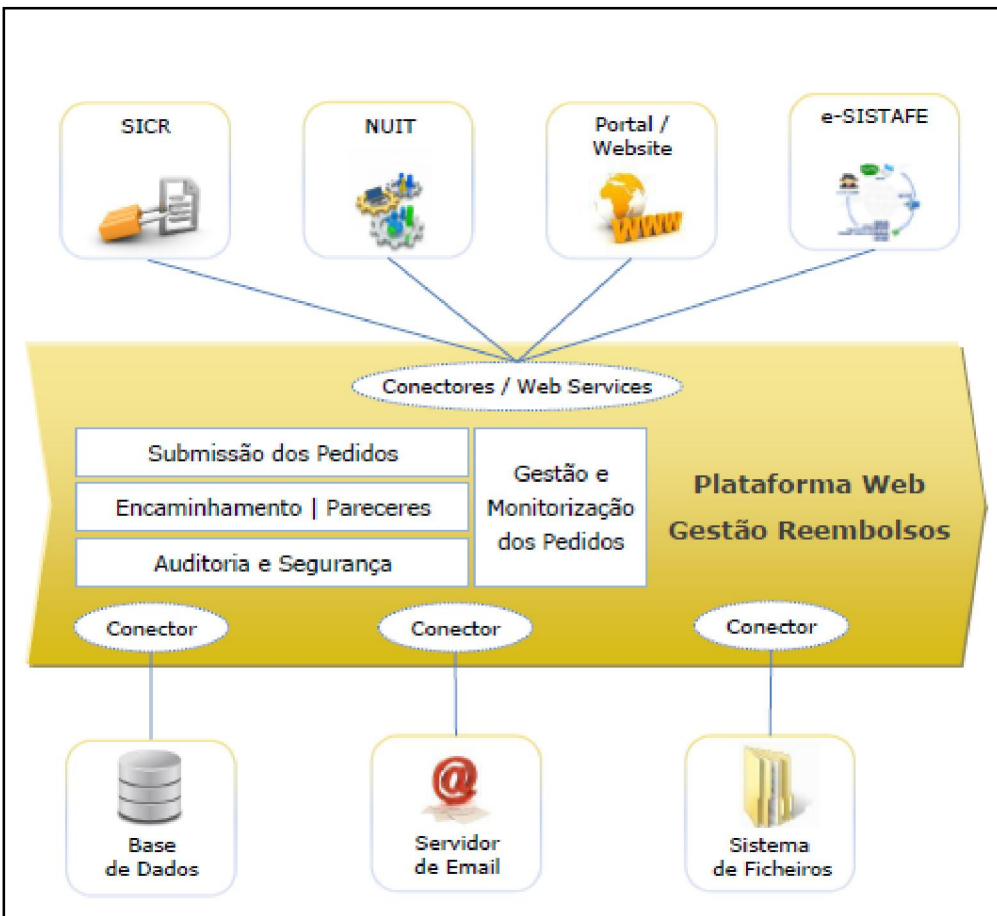
tados;
b. Sempre que o sujeito passivo deseja obter informação sobre o pedido de reembolso, o resultado somente pode ser obtido mediante verificação manual da papelada em pastas de arquivo, o que, para certas repartições fis-

Por que repensar o Processo de Reembolsos?

A primeira coisa que chama a atenção é o extenso número de passos para concluir um pedido de reembolso de qualquer imposto na AT. Os mesmos poderiam ser drasticamente

Repartição. Para melhor localização, por parte dos utentes do sistema, mas também do próprio sujeito passivo, o “carimbo” usado em cada nota de recepção na Repartição de Finanças deveria ser um código de barras, contendo todos os detalhes processuais codificados, o qual poderia ser impresso e colado com etiqueta na nota. Ou então gerado na janela *web* do sujeito passivo e impresso por este, no caso de extravio da nota em papel entregue pela Repartição. Com isto, eliminava-se a possibilidade de penalizar o sujeito passivo pelo extravio de documentos, sobretudo na tramitação de expediente Repartição de Finanças para a Direcção de Reembolsos. A partir daí, seguiria uma cadeia de fluxo de trabalho com as várias verificações, sendo certo que a sua localização central eliminaria processos redundantes que implicam no prazo de

deferimento. Outro aspecto que chama a atenção, mas isso, certamente, exigirá algum trabalho de reengenharia dos processos é o número de níveis de decisão que se reflecte em “pareceres” parciais. Na verdade, um conjunto de regras do negócio no próprio sistema de reembolsos dispensaria intervenção humana para verificar



Visão conceptual de uma Plataforma de Gestão de Reembolsos da AT (Cortesia: www.tierone.pt)

cais é uma tarefa hercúlea, pois há milhares de pastas e arquivos por inspeccionar;
c. Finalmente, a produção de informação estatística sobre os reembolsos é extremamente morosa e pouco fiável. Ou até, ilegível, porque ela também é conservada manualmente em pastas de arquivo em papel que com o tempo se vão degradando.

O que nos conduz à grande questão...

reduzidos pela informatização, por exemplo, começando pela triagem de documentos ainda na Repartição Fiscal. Uma vez que o recurso ao papel é inevitável pelo sujeito passivo, a saber: cópias do NIB, declarações do IVA, IRPS, IRPC correspondentes a níveis anteriores, é de toda conveniência que se faça logo a sua digitalização por *scanner* ou outro meio tecnológico de “cópia” numa base de dados central, que passaria então a constar como anexo do Pedido de Reembolso a ser iniciado pelo funcionário da

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

Desmaterialização do Processo de Reembolsos - Cont.



Simplificação do pedido de reembolso pela Plataforma de Gestão de Reembolsos da AT (Cortesia: www.tierone.pt)

coisas irrisórias como a falta de uma folha ou cópia autenticada. Tudo isso ficaria acautelado pela triagem na Repartição de Finanças. Por fim, seria de todo desejável que quer o sujeito passivo, quanto os demais sectores da AT constantes do fluxo de trabalho pudessem saber o estágio real dos processos, bem como as notificações. Pois isso resulta em melhores estatísticas e também numa melhor imagem institucional para a AT. Por último, este sistema de reembolsos deveria possuir pelo menos três interfaces com sistemas externos:

- Com o SICR (sistema integrado que colecta o IVA, IRPS e IRPC) o qual já calcula e gera automática o valor do reembolso, para efeitos de validação entre o pedido do sujeito passivo e o valor no SICR. Isto ajudaria a auditoria interna da AT a detectar situações de manipulação ilegal dos valores calculados por parte de funcionários desonestos da AT.
- Com o sistema NUIT, para autenticação no próprio sistema que passaria a usar o NUIT do funcionário da AT para esse efeito.
- E e-SISTAFE para acusar a confirmação ou devolução da ordem de transferência da Conta do Tesouro do Estado

para a conta do contribuinte. Não olvidando o sistema do Juízo de Execuções Fiscais, tecnicamente inexistente. Pois os processos são manuais com arquivo em papel. Sendo que, em alguns casos, até chegam a ser manuscritos. Futuramente, com e-Tributação, quer o SICR, quer o NUIT estarão integrados no mesmo sistema informático. Concretamente o ORACLE ETPM.

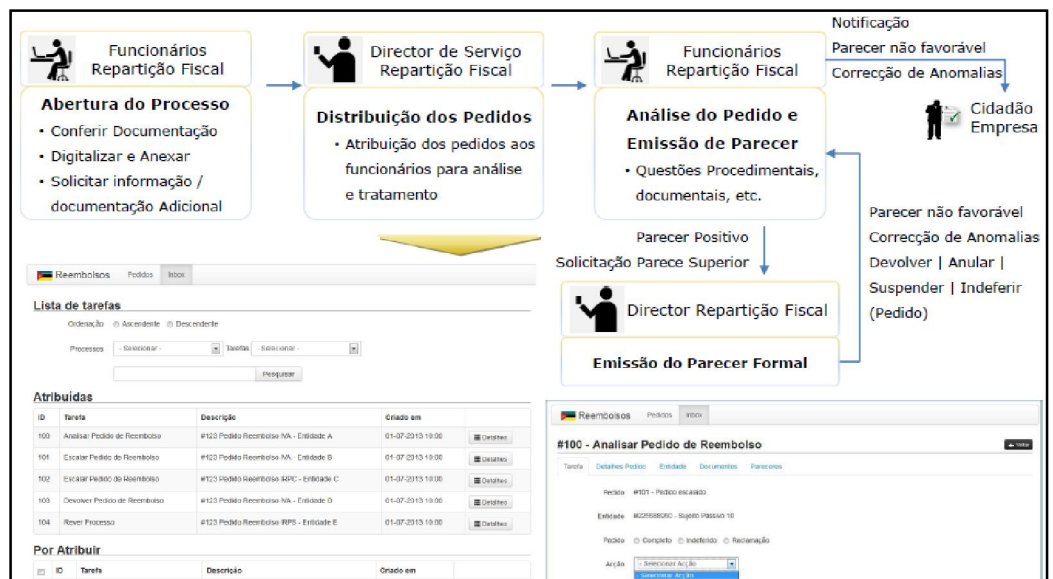
Desmaterialização do Processo de Reembolsos: O Estudo de Caso da TierONE

Na sua apresentação à DTIC, A TierONE propôs uma plataforma de Gestão de Reembolsos para a AT deverá ser não intrusiva em relação às tecnologias e organização da AT, garantindo a simplificação dos pedidos através da automatização e desmaterialização do processo. A solução proposta consiste na implementação de uma aplicação web assente num motor de fluxo de trabalho com provas dadas em termos de versatilidade e eficácia. Esta plataforma teria capacidade de submissão, tramitação e

encaminhamento automático de pedidos e processos, e orientada ao suporte a serviços (SOA – Service Oriented Approach). Além disso, deveria possuir capacidade de aceder e comunicar com sistemas heterogêneos, de vários fabricantes e tecnologias, já com o horizonte na futura estratégia de integração a nível do Governo Electrónico. Mas o seu grande valor acrescentado seria dar uma resposta aos imensos arquivos em papel que, comprovadamente, têm estado a criar um problema sério de gestão documental na AT. Em alguns postos fiscais, recentemente inaugurados, já se regista problemas de espaço para arquivo manual, o que tem

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

obrigado a transferência para o grande arquivo-morto da Manhã, o qual, por seu turno se encontra também a abarrotar. Não descontando os problemas de catalogação, uma vez que os arquivos trazidos de outras localizações estão muitas vezes amontoados desordenadamente. Tendo em conta o imperativo legal do CIVA e documentação



Redução do fluxo em papel nas DAF/UGC com a Plataforma de Gestão de Reembolsos da AT (Cortesia: www.tierone.pt)

Desmaterialização do Processo de Reembolsos - Concl.

fiscal equiparada, no sentido da boa conservação dos registos do Contribuinte, adivinham-se aqui problemas muitos sérios para AT caso esta anomalia não tenha uma resolução definitiva. Repare-se ainda que esta solução possuiria a flexibilidade necessária para evoluir para quaisquer dos cenários pensados dos Reembolsos no futuro. Ela permitiria eliminar a necessidade de manter uma direcção de Reembolsos na orgânica da AT, já que na realidade se limita hoje a validar “todos os pas-

sos” decorridos nas DAF/UGCs, transferindo-se efectivamente autonomia para estas últimas. Por outro lado, permitiria fazer a devida preparação técnica dos processos para que uma outra entidade, por exemplo, a Direcção Nacional do Tesouro, pudesse tranquilamente ordenar as transferências de pagamento via e-SISTAFE. E o fundamental, reduziria drasticamente o tempo de processamento de um pedido dos actuais 8-9 meses, em média, para cerca de 30 dias ou menos. Colmataria

também uma das vulnerabilidades funcionais do sistema SICR que é a gestão da conta corrente em IVA, a qual está obrigada à reunião de inúmeros livros fiscais em papel, antes da sua constituição em pedido de reembolso na DAF/UGC. Com efeito, mediante a simplificação de processos, poder-se-ia usar o Portal web da solução para carregar as facturas correspondentes ao pedido numa aplicação fiscal, em complemento ao Diploma ministerial que já autoriza o uso de formato digi-

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

tal para remissão de relatos financeiros à administração tributária.

Nota Final

Não obstante o esforço da AT no sentido de aprimorar o sector de Reembolsos, as medidas até agora propostas são na essência superficiais, visto que uma das causas efectivas do impacto quase nulo da introdução da alínea c) do nº 2 do artigo 14, da Lei 3/2012 no Código do IVA, reside na pouca ou quase nada abrangente competência em auditar os mega projectos. Visto que coloca-se à partida a possibilidade de se estar a tentar isentar quem na verdade, deveria pagar o respectivo tributo. Aliás, esta é uma preocupação recorrente dos colegas da AT que no terreno visualizam a situação, a qual, devido à orgânica actual da DGI, tem a competência confinada somente à UGC da região, ainda que isto possa vir a ser atenuado com a criação de novas UGCs próximo aos megas projectos. No caso dos Impostos de Rendimento, parece-se olvidar que o prazo legal para ressarcimento do imposto é de cinco anos fiscais, o que implica ter de conviver com a situação actual por dois a três anos fiscais após 2014. Finalmente, ainda que se transfira o ónus dos pagamentos dos reembolsos para a Direcção Nacional do Tesouro, a carga maior ainda estará nos ombros da AT e das DAFs/UGCs em particular, que possuem os dados fiscais e a competência técnica para o efeito. Há pois que intervir na mecânica administrativa actual de criação de qualquer processo de reembolso, incentivando a sua desmaterialização, em linha com uma modernização tecnológica coerente. **MV**



NACALA INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT CORRIDOR

Book before
15 July 2013
to save
US\$300!

International Summit: 2-3 September 2013, Pemba Beach Hotel, Pemba, Mozambique

Construction of infrastructure as a pillar for development of Nacala

Why you need to attend the Nacala Infrastructure Development Corridor Summit:

- **Identify investment opportunities** by learning from the government's development plan and understand the key challenges in developing the national transport network
- **Enhance your knowledge** and technical expertise by learning from the latest design and construction solutions available to develop cost-effective and sustainable transport infrastructure
- Find out how to **successfully operate and maintain transportation infrastructure**
- **Anticipate challenges and identify solutions** by getting up to speed on the status of on-going and future projects including roads, airports, ports and railway
- **Provide the right products and services** by understanding the needs and expectations of transport infrastructure projects owners
- **Establish and reinforce business contacts** during exclusive networking sessions

Key confirmed speakers:

- **Odalia Chauque**, Governor, **Nampula**
- **Joao Mabota**, Engineering Manager, **CFM**
- **Chale Ossufo**, Municipal President, **Nacala**
- **Gilberto Rodrigues**, CEO, **Mota Engil**
- **Ana Dimande**, Project Manager, **Nacala Projects**
- **Wang Lipai**, Economy and Commercial Counselor, **Chinese Embassy**; Speaking on behalf of the Ambassador **Li Chinhua Li Chinhua**
- **Danilo Nala**, Director Economic Zone of Rapid Development office, **Gazeta**
- **Ryuichi Nasu**, Chief Representative, **Jica**
- **Munir Manga**, Lawyer, **African Development Bank**
- **Tungwe M Simbuwa**, Chief Planner 'technical', **Ministry Transport work and Suppliers**
- **Antonio Loureiro**, Chief Director of Special Projects, **ADM (Airports of Mozambique)**

Who Should Attend the Nacala Infrastructure Development Corridor Summit:

This is a must-attend event for Mozambican authorities, ports and airports operators, road and railway experts, international and local consultants, contractors, financiers, designers, civil engineers, material suppliers and manufacturers.

Job titles include:

| | |
|--|----------------------------------|
| • CEO | • Head of Maintenance |
| • Director of Projects | • Head of Operation |
| • Director Technical Affairs / Technical Manager | • Director of Infrastructure |
| • Head of Transport | • Director of Strategic Planning |
| • Head of Rail | • Tender Manager |
| | • Director of Investments |

For more information or to register
Tel: 27112750126
Fax: +27112750209
Email: enquiry@iqpc.co.za

www.nacaladevelopment.co.za

Reflexão: Por que actualizar o NUIT?

por Marcos Miguel*

O NUIT (Número único de Identificação Tributária) é atribuído a todas pessoas singulares e colectivas e entidades equiparadas que deve ser usado em todos impostos nacionais e autárquicos, incluindo os aduaneiros. Para o efeito é exigido a apresentação de documentos tais como BI, Passaporte, Cédula Pessoal, Cartão de Eleitor, Carta de Condução ou DIRE.

De 1999 a 30 de Junho de 2013, foram atribuídos 2.361.212 NUITs, sendo 2.308.485 pessoas singulares e 52.727 pessoas colectivas, este universo representa os contribuintes da globalidade dos impostos tributados no país, e que contribuem para as metas de cobranças de receitas.

A modernização tecnológica prosseguida pela Administração Tributária visa não só a simplificação do sistema fiscal, mas também criar condições típicas para a maximização da cobrança de receitas do Estado, simplificação de procedimentos, criar maior comodidade ao contribuinte, fortalecimento da administração tributária sustentada pela implementação do Plano Director de Tecnologia de Informação que permite melhorar os processos de gestão tributária.

Os processos de gestão tributária visam entre outros facilitar a submissão electrónica de declarações e pagamentos de impostos, estabelecer uma plataforma integrada entre os órgãos da

administração pública que gera transparência e melhor gestão de todos os processos, reduzindo a fuga ao fisco e desvio de receitas.

A modernização dos processos de negócio da Administração Pública que ocorre mediante o uso de tecnologias de informação e comunicação exigiram a criação do Projecto e-Tributação, cuja fase inicial de implementação está reservada ao módulo do NUIT.

A modernização do NUIT implicou a aprovação do novo regulamento do NUIT porque o anterior estava desactualizado, portanto precisava se adequar o regime à nova realidade introduzida pelo projecto e-Tributação, que introduziu os novos modelos de registo de NUIT para pessoas singulares e para pessoas colectivas e entidades equiparadas, contendo novos campos obrigatórios que os anteriores modelos não previam.

Em face desta reforma surge a necessidade de solicitar aos contribuintes para que procedam a actualização de dados de NUIT no ambiente do e-Tributação, o que significa que o NUIT ora atribuído antes da entrada em vigor do novo modelo mantém-se em vigor, contudo, as pessoas singulares deverão fornecer os dados relativos a sua filiação, bem como actualizar os demais dados caso tenha ocorrido qualquer alteração no que se refere ao

nome (se teve acréscimo de apelido), o endereço por mudança de domicílio, o e-mail ou telefone, pelas mesmas razões, quando os tiver. Em relação as pessoas colectivas estas poderão efectuar a actualização da relação dos sócios, administradores, gerentes e outros, e incluir o e-mail para efeitos de notificação electrónica, devendo igualmente na mesma ocasião actualizar os demais dados.

A principal motivação pela qual os contribuintes deverão ser chamados para actualização de dados do NUIT radica no facto de que a Administração Tributária pretender adoptar o uso de uma nova ferramenta tributária que desde a partida deverá se mostrar bastante fiável, coesa e segura, que permita a realização de operações tributária com baixo risco de ocorrência de fraudes daí que todos os contribuintes e potenciais contribuintes deverão actualizar os seus dados. A actualização de dados é condicionante fundamental para que os contribuintes possam cumprir as obrigações fiscais e praticar quaisquer operações que requeiram a menção do NUIT face a Administração Pública no ambiente do e-Tributação.

O e-Tributação traz um role de benefícios tais como a facilidade de notificação electrónica dos contribuintes, a submissão electrónica de declarações de rendimentos, a possibilidade de efectuar pagamento de imposto em qualquer unidade de cobrança da AT, a criação de plataforma integrada da administração pública, entre outros.

A actualização de dados de NUITs será feita em todas as Direcções de Áreas Fiscais (DAFs) e Postos de Cobrança, Serviço de Apoio ao Contribuinte, no Balcão Único, nas Unidades de Grandes Contribuintes (UGCs), mediante a apresentação do documento exigido para atribuição de NUIT, seguido de preenchimento do modelo M/01C para pessoas colectivas e modelo



M/01S para pessoas singulares. Contudo para quem tenha perdido o NUIT ou Cartão de NUIT poderá igualmente dirigir as unidades supra referidas informando previamente a sua situação para se efectuar a pesquisa no sistema para recolher os dados de NUIT mediante confrontação com os dados do documento de identificação.

O grande constrangimento da não renovação dos dados de NUIT é não poder aceder ao ambiente do e-Tributação, o que significa que o sistema poderá não reconhecer qualquer pagamento a ser efectuado pelo Estado e demais órgãos da Administração Pública.

O modelo de negócio de NUIT constitui a primeira fase de implementação do Projecto e-Tributação pelo facto de todo o sistema de gestão de receitas assentar no principal elemento de identificação do contribuinte que é o NUIT, assim sendo o desenvolvimento das demais etapas deste projecto dependem em muito desta fase inicial, pelo que de nada valerá criar o ambiente de pagamento de IVA, IRPC ou IRPS no projecto e-Tributação se os respectivos contribuintes não procederem a actualização de dados do NUIT o que lhes habilita a beneficiarem-se das facilidades deste sistema. A actualização de dados de NUIT assim como a atribuição do NUIT e o respectivo cartão continuam um serviço gratuito.

Actualize os seus dados de NUIT e adira ao e-Tributação. Juntos Fazemos Moçambique!

* Coordenador Nacional do Cadastro e ISPCMV



Análise: Volatilidade dos Preços do Carvão e do Gás Natural (2008 - 2013) - Final

Por Zito M. Campira



A encerrar este artigo, passemos agora à parte analítica.

Volatilidade dos Preços do Carvão

Os preços do Carvão e do gás natural, à semelhança do que acontece com os outros bens, são determinados pelas forças de mercado. Isto é, no caso concreto de mercado do Carvão pelas forças da oferta e demanda do Carvão, **quanto maior for a oferta do Carvão pelas mineradoras, menor será o**

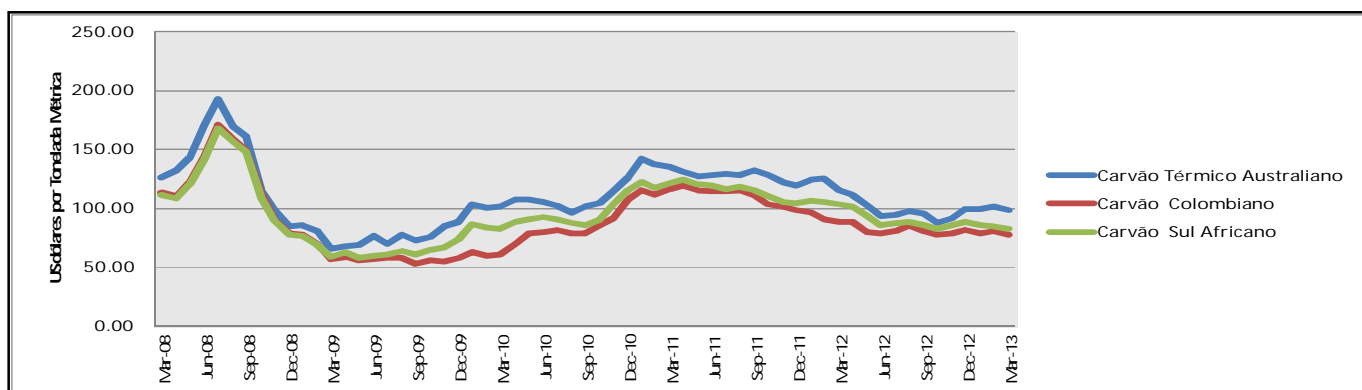
em US\$130,08 para o carvão térmico australiano; US\$116,40 para o carvão colombiano; e US\$114,75 para o carvão sul-africano, por tonelada métrica. Neste período o Coeficiente de Variação foi de 29,31% para o carvão australiano; 28,89% para o carvão colombiano; e 28,97% para o carvão sul-africano, facto que justifica a alta volatilidade ilustrada na figura seguinte;

ii.No período de **Março de 2009 a Fevereiro de 2010**,

tar, tendo alcançado as médias de US\$112,25; US\$86,62 e US\$97,46 para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 13,37%; 19,42% e 14,05%, para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Neste período nota-se a alta volatilidade nos três países, tendo o preço do carvão colombiano se destacado como o mais volátil;

iv.No período de **Março de**

de US\$99,16; US\$81,70 e US\$89,56 para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 7,87%; 4,64% e 7,36%, para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Neste período o preço do carvão colombiano foi o menos volátil.



Volatilidade do preço do Carvão mineral e térmico (Fonte: Construída com base na pesquisa feita)

preço; e quanto maior for a demanda por Carvão pelas empresas ou indústrias consumidoras maior será o preço do Carvão, se todos os outros factores forem mantidos constantes. Em mercados livres, o preço de mercado não é determinado em função dos custos de produção ou de extracção do recurso mineral no solo e/ou subsolo, mas sim, pela interacção das forças da oferta e demanda.

Quanto à volatilidade do preço do carvão térmico australiano, do carvão mineral colombiano e sul-africano, mostra-se que:

i. No período de **Março de 2008 a Fevereiro de 2009**, verificou-se uma ascensão seguido de uma queda de preço do carvão nos três países, tendo a média se situado

verificou-se uma recuperação assinalável do carvão térmico australiano e um ligeiro aumento com tendências de estabilização para o carvão colombiano e sul-africano, tendo a média se situado em US\$79,48 para o carvão térmico australiano; US\$57,38 para o carvão colombiano; e US\$66,75 para o carvão sul-africano. O Coeficiente de Variação foi de 15,97% para o carvão australiano; 4,57% para o carvão colombiano; e 14,35% para o carvão sul-africano, o que mostra alta volatilidade para o carvão australiano e sul-africano e baixa para o carvão colombiano;

iii.No período de **Março de 2010 a Fevereiro de 2011**, os preços do carvão nos três países continuaram a aumen-

2011 a Fevereiro de 2012, os preços do carvão nos três países não sofreram alterações significativas, tendo-se registado uma ligeira queda, apesar das médias terem-se elevado para US\$127,68; US\$108,14 e US\$113,90 para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 3,38%; 8,89% e 6,24%, para o carvão australiano, colombiano e sul-africano, respectivamente. Neste período o preço do carvão colombiano voltou a ser o mais volátil; e

v.No período de **Março de 2012 a Fevereiro de 2013**, voltou a registar-se uma ligeira queda com tendência de estabilização dos preços do carvão nos três países, tendo-se alcançado as médias

Volatilidade dos Preços do Gás Natural

Quanto a análise da volatilidade dos preços do Gás Natural, pode-se observar o seguinte:

i. No período de **Março de 2008 a Fevereiro de 2009**, verificou-se um aumento assinalável seguido de uma queda tanto para o gás natural como para o gás natural Russo, tendo a média se situado em US\$298,47 e US\$502,80 para o gás natural ⁽¹⁾ preço *spot*⁽²⁾ e o gás natural Russo, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 31,71% e 14,33% para o gás natural e o gás natural Russo,

Doe Sangue e
salve Vidas...



Volatilidade dos Preços do Carvão e do Gás Natural (2008 - 2013) - Final (Cont.)

respectivamente, o que mostra alta volatilidade principalmente para o gás natural;

ii. A Crise do sector do petróleo iniciada no período anterior continuou a ser acentuada tanto para o gás natural como para o gás natural Russo, no período de **Março de 2009 a Fevereiro de 2010**, tendo a

mente. Neste período o gás natural foi o mais volátil;

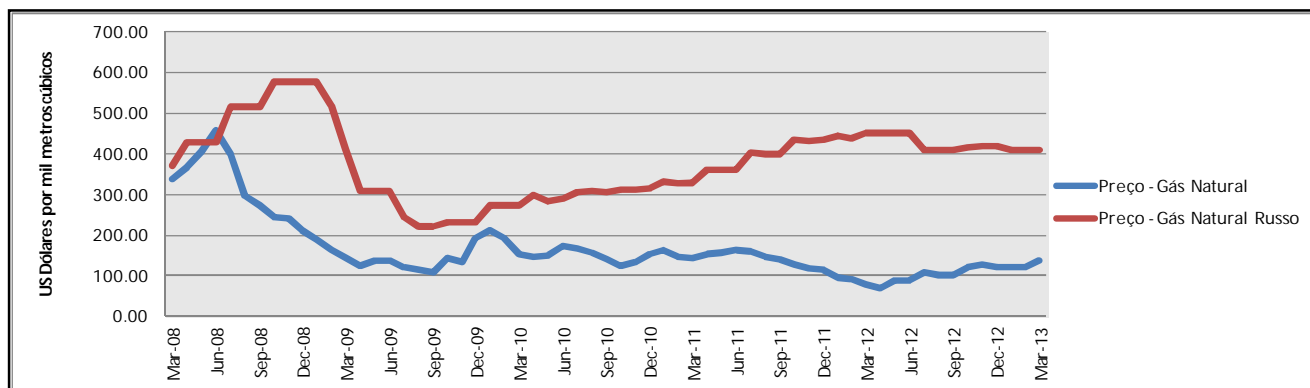
iv. No período de **Março de 2011 a Fevereiro de 2012**, verificou-se um aumento seguido de uma queda para o gás natural, enquanto o preço do gás natural Russo registou aumento assinalável, tendo a média se situado em

do seu estudo sobre a Gestão da Volatilidade dos preços das *commodities* apresentou os seguintes argumentos⁽³⁾:

i. Com a emergência da bonança de *commodities*, os exportadores de *commodities* demonstraram grandes diferenças no espaço fiscal para

panças com os ganhos extraordinários antes da crise e tiveram de reduzir as despesas primárias em 2009, por causa da queda das receitas das *commodities* na segunda metade de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 (FMI, 2009a);

iv. Muitos países dependentes



Volatilidade dos Preços do Gás Natural (Fonte: Construída com base na pesquisa feita)

média reduzido para US\$146,33 e US\$272,85 para o gás natural preço *spot* e o gás natural Russo, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 22,82% e 20,53% para o gás natural e o gás natural Russo, respectivamente. O que, mostra uma redução na volatilidade do preço do gás natural e um aumento no gás natural Russo;

iii. No período de **Março de 2010 a Fevereiro de 2011**, verificou-se um aumento do preço para o gás natural Russo, enquanto o do gás natural preço *spot* foi o mais flutuante com tendências de queda, apesar em termos médios ter-se verificado aumento em US\$150,29 e US\$305,46 para o gás natural preço *spot* e o gás natural Russo, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 9,14% e 5,56% para o gás natural e o gás natural Russo, respectiva-

mente. US\$133,82 e US\$400,14 para o gás natural preço *spot* e o gás natural Russo, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 18,23% e 9,82% para o gás natural e o gás natural Russo, respectivamente, o que mostra alta volatilidade para o gás natural;

v. No período de **Março de 2012 a Fevereiro de 2013**, verificou-se um aumento seguido de uma tendência de estabilização no preço do gás natural, enquanto o gás natural Russo quase que se estabilizou, tendo a média se situado em US\$103,57 e US\$425,91 para o gás natural preço *spot* e o gás natural Russo, respectivamente. Com os Coeficientes de Variações de 18,16% e 4,85% para o gás natural e o gás natural Russo, respectivamente. Facto que mostra alta volatilidade para gás natural.

Gestão de Risco da Volatilidade

O Banco Mundial no Capítulo 5

políticas fiscais contracíclicas. O **Chile** havia acumulado vastos recursos fiscais em seu fundo de estabilização, o Fundo de Estabilização Económica e Social - FEES, durante a **bonança do cobre** antes da crise, que possibilitou ao país seguir ambiciosa agenda contracíclica, depois do início da recessão;

ii. O Chile mantinha US\$20 bilhões, equivalente a cerca de 12% do PIB, em seu fundo de estabilização, em fins de 2008. Cerca de metade das reservas foi usada para financiar parcela substancial de um aumento de 14,5% dos gastos públicos em termos reais (FMI, 2009b);

iii. **Bolívia, Perú** e, em menor extensão, o **México** também acumularam poupanças fiscais, com base nos ganhos extraordinários antes da crise, e as usaram - em diferentes graus - para financiar gastos contracíclicos. Em contraste, Equador e República Bolivariana da Venezuela não conseguiram juntar grandes pou-

panças sob o ponto de vista fiscal, da América Latina e de todo o mundo, adoptaram políticas fiscais, constituíram fundos de estabilização de recursos naturais e promulgaram leis de responsabilidade fiscal para lidar com receitas fiscais voláteis, oriundas de rendas económicas de recursos naturais. A situação aplica-se principalmente a hidrocarbonetos e a minerais, em virtude da tendência de extinção dos impostos de exportação sobre *commodities* agrícolas, com a consequente redução de sua importância como receita fiscal;

v. Alguns Governos de países da América Latina e região do Caribe - ALC ricos em recurso (por exemplo, Bolívia e Perú) promoveram o **auto-seguro**, simplesmente acumulando depósitos regulares em seus bancos centrais. Para converter em realidade esse tipo de prudência, alguns países também adoptaram **premissas conservadoras** - ou seja, abaixo do esperado -

Doe Sangue e
salve Vidas...



Volatilidade dos Preços do Carvão e do Gás Natural (2008 - 2013) - Final (Cont.)

quanto aos preços das *commodities*, na elaboração dos orçamentos. Evidentemente, os mecanismos menos formais de poupança fiscal para a estabilização enfrentam grandes riscos de transgressões inobservâncias. Muitos são os exemplos em que as receitas fiscais oriundas de *commodities*, acima das previstas no orçamento, foram absorvidas por gastos extra orçamentais;

vi. Outros países adoptaram soluções mais formais. O Chile e o México, por exemplo, recorreram a **fundos de estabilização** para reduzir o impacto da volatilidade dos preços sobre os gastos fiscais;

vii. Dos cinco países que entraram na bonança recente, em 2002, com fundo de estabilização ou com outros arranjos fiscais, para gerir ganhos extraordinários oriundos de hidrocarbonetos ou de minerais, **apenas dois alcançaram resultados expressivos em termos de poupanças extraordinárias significativas no fim da bonança**: o Chile, com o FEES, e Trindade e Tobago, com o *Heritage and Stabilization Fund*-HSF. Estes fundos resistiram, cada país conseguiu acumular poupanças equivalentes a 12% do PIB, em finais de 2008. O Equador e a República Bolivariana da Venezuela abandonaram seus arranjos. O Equador transgrediu suas normas sobre défice e despesas fiscais, que não conseguiram sobreviver às pressões políticas e sociais, levando em última instância, à revisão da lei de responsabilidade fiscal, em 2005, em prol de gastos mais elevados, e à revogação, em 2008. A República Bolivariana da Venezuela deixou de contribuir para seu Fundo de *Estabilización* Macroeconómica - FEM, pouco depois de sua criação, em 2003. De facto, a

República Bolivariana da Venezuela optou por gastar boa parte do aumento de suas receitas de petróleo fora do orçamento. Embora, no caso do México, o arcabouço de responsabilidade fiscal tenha sido duradouro, gerando *superávits* primários consistentes durante o período de bonança, ele não gerou poupanças suficientes para financiar vigoroso pacote contracíclico. A acumulação de fundos decorrentes de poupanças relacionadas com o período foi limitada a 1,5% do PIB (FMI, 2010a).

A outra estratégia tendo em vista a minimização do risco da volatilidade dos preços de petróleo e de minerais é a celebração de um **contrato de *hedging*** que consiste na fixação de um preço de longo prazo no contrato, que provavelmente poderá vigorar durante a vigência do contrato. **O preço estabelecido é definido com base numa fórmula que incorpora parte da inflação esperada no futuro.** Se ocorrer perdas no futuro para o investidor, por estar-se aplicar um preço inferior ao praticado no mercado, estas perdas deverão ser aceites como custo e deverão ser dedutíveis no acto do apuramento do lucro tributável em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRPC ou *Corporate Income Tax - CIT*. Se o inverso ocorrer, ou seja, se o preço fixado no contrato for superior ao preço de mercado no momento da venda, haverá ganhos extraordinários para o investidor.

Conclusões e Recomendações

Da análise efectuada, conclui-se o seguinte:

i. No geral o preço do carvão nos três países (Austrália, Colômbia e República da África do Sul), caracterizou-se pela alta volatilidade;

ii. O gás natural preço *spot* foi o mais volátil quando comparado com o gás natural Russo;

iii. Muitos países para minimizar o risco da volatilidade dos preços dos recursos minerais e petrolíferos adoptaram algumas medidas tais como: **a criação de um fundo de estabilização; a criação de um auto-seguro; a adopção de premissas conservadoras nas previsões de receitas; o estabelecimento de preços futuros nos contratos;** entre outras.

Face às conclusões a que se chegou no presente estudo, e além das medidas acima descritas, os países poderão optar pela:

- i. **Diversificação da economia**, dando maior importância ao sector da agricultura mecanizada responsável pela produção de alimentos sob economias de escala;
- ii. **A criação de agro-indústrias** para o tratamento e conservação das frutas e outros produtos alimentares de fácil deterioração, para que estes seja consumidos em épocas de seca ou de crise de alimentos; e
- iii. Adopção de alternativas que permitam o consumo interno pelas indústrias de uma parte dos recursos minerais extraídos, ou seja, **parte dos recursos minerais extraídos deverão ser processados internamente.**

Referências no texto

- (1) Preço Spot do Gás Natural no terminal de Louisiana em Henry Hub, US Dólares por mil metros cúbicos.
- (1) Preço de fronteira do Gás Natural Russo na Alemanha, US Dólares por mil metros cúbicos.
- (1) Capítulo 5. Gestão da Volatilidade dos preços das commodities. Disponível em:

http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/257803-1284336216058/FlagshipReport_Chapter5_port.pdf. Acesso em: 30/04/2013.

Bibliografia consultada

- Capítulo 5. Gestão da Volatilidade dos preços das *commodities*. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/2578031284336216058/FlagshipReport_Chapter5_port.pdf. Acesso em: 30/04/2013.
- Francisco José Rocha de Souza (2010). O Setor de Gás Natural no mundo. http://ambientes.ambientebrasil.com.br/energia/gas_natural_aplicacoes.html. Acesso em: 29/04/2013.
- <http://beston-top10.blogspot.com/2012/07/10-maiores-produtores-de-carvao-mineral.html>. Acesso 29/04/2013.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Carv%C3%A3o_mineral. Acesso em: 24/04/2013.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/G%C3%A1s_natural. Acesso em: 29/04/2013.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Turfa>. Acesso em: 29/04/2013.
- <http://sardc.net/books/ZamBasin2000Port/caixas/>

Volatilidade dos Preços do Carvão e do Gás Natural (2008 - 2013) - Final (Concl.)

[caixa%207.2html](#). Acesso em: 30/04/2013.

- <http://www.eskom.co.za/c/article/200/coal-power>. Acesso em: 10/05/2013.
- <http://www.expressodasilhas.Sapo.CV/mundo/item/34238-reservas-carvao>. Acesso 30/04/2013.
- <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=coal-australian&months=60>. Acesso em: 12/04/2013.
- <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=coal-south-african&months=...> Acesso em: 12/04/2013.
- <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=colombian-coal&months=60>. Acesso em: 12/04/2013.
- <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=natural-gas&months=60>. Acesso em: 12/04/2013.
- <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=russian-natural-gas&months...> Acesso em: 12/04/2013.
- <http://www.nbv.in/Mining>. Acesso em: 15/05/2013.
- <http://www.oje.pt/noticias/afrika/botsuana-vai-ter-acesso-ao-indico-e-potencia-reservas-de-carvao>.

Sobre o Autor: Zito Manuel

Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, gestão e técnica aduaneira. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a

chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Institui-

ções Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e agora indigitado para a “task-force” dos mega projectos. **MV**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Finanças

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Comunicado N.º 3

Alienação de Ações da Societá Ionica Gas S.p.A/Eni East Africa, a favor do CNODC Dueth Cooperatief U.A., na Área 4 da Bacia de Rovuma

1. Na sequência da alienação de 28,671% das ações detidas pela Societá Ionica Gas S.p.A, na Eni East Africa, correspondentes a 20% do interesse participativo na Área 4 da Bacia do Rovuma, a favor da CNODC Dueth Cooperatief, U.A., foram concluídas, todas as diligências com fundamento no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRPC), aprovado pela Lei n.º 84/2007, de 31 de Dezembro, e demais legislação em vigor aplicável.
2. As partes comunicaram às entidades competentes, oportunamente, os resultados das diligências efectuadas.
3. Concluída a operação de recitação fiscal, a Autoridade Tributária ficará disponível, em tempo útil, para comunicação pública sobre o valor creditado a favor do Estado.
4. A Autoridade Tributária de Moçambique manterá, sempre, o compromisso firme de prosseguir as ações de cumprimento dos imperativos do Direito Tributário Moçambicano relativamente às transacções envolvendo ganhos de capital, em estreita parceria com todas as entidades relevantes.

Todos Juntos Fazemos Moçambique

Maputo, 30 de Julho de 2013

O Director

Análise: Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final

Concluindo este artigo, vamos dissertar agora sobre a administração dos regimes fiscais aplicada ao contexto moçambicano

Alguns aspectos de relevo nas práticas internacionais a considerar

Muitos estudos abordando matérias relativas ao desenho e implementação de sistemas tributários têm prestado pouca atenção aos aspectos relativos à administração dos mesmos. Esta relativa ou quiçá aparente negligência a este importante e determinante aspecto do sucesso de qualquer regime fiscal, tem levado a que somente depois da concepção e aprovação das reformas tributárias, são iniciados os ajustamentos dos aspectos da sua melhor administração.

As relativamente poucas abordagens que analisam e discutem a necessidade de maior atenção às questões de administração e aplicação dos sistemas (*administrative and enforcement aspects*), acabam recomendando a imperiosa necessidade de incorporação destes aspectos desde o desenho ou concepção dos regimes fiscais, ou seja que deve ser seguida uma abordagem integrada que abrange o desenho, administração e aplicação ou formas de obrigação do seu cumprimento, antes da sua aprovação. Isto porque a administração e aplicação dependem de uma variedade de factores, incluindo a *complexidade* do sistema tributário, as características da base tributária, estrutura das taxas dos impostos, a frequência das reformas, organização e eficiência da autoridade tributária do país, entre outros. Portanto, recomenda-se que os regimes fiscais devam, ser os mais simples e estáveis quanto possível (Shaw, J. Slemrod, J. and Whiting, J., 2010).

A fim de alcançar um elevado grau de cumprimento voluntá-

rio das obrigações tributárias com um custo relativamente baixo, os sistemas fiscais modernos são desenhados de forma a dependerem fortemente da tributação das operações de mercado, e envolvem figuras tributárias baseadas na *autoliquidação, retenção na fonte* e nas *declarações e informações contabilísticas feitas pelos contribuintes*. Como consequência desta realidade, as empresas (mais do que os indivíduos beneficiários dos rendimentos tributáveis e realizadas das despesas) desempenham um papel crucial na arrecadação dos impostos.

A implantação dos sistemas tributários impõe *custos administrativos* às autoridades fiscais no estabelecimento e gestão de todas as operações (registo de contribuintes, recepção e análise das declarações diversas, serviços, atendimento, cobrança e gestão de contenciosos), aos contribuintes *custos de cumprimento das obrigações*, e por último a terceiros que estão envolvidos no processo de remissão ou canalização de determinados impostos (como os empregadores que são obrigados a reter e remeter aos Cofres do estado o imposto em nome dos seus funcionários).

A explicação destes custos é considerada óbvia, pois mesmo que todos os contribuintes fossem escrupulosamente honestos, um sistema administrativo registo e fornecimento de informações sobre as obrigações fiscais e para registar e verificar os pagamentos, seria exigido para as administrações, e para os contribuintes a necessidade de conhecimento das leis e obrigações fiscais, os registos contabilísticos e a liquidação e pagamento dos impostos conduziriam a estes custos (Shaw, J. Slemrod, J. and Whiting, J., 2010).

Mas, como nem todos os contribuintes são honestos, alguns procuram reduzir ou evitar as

suas cargas tributárias com recurso a esquemas de evasão ou fraude fiscais, o que também constitui custo de cumprimento. Em resposta a estes fenómenos, todas as autoridades fiscais são obrigadas a gastar recursos para limitar as suas consequências negativas sobre a arrecadação das receitas.

Os aspectos referidos acima, tornam claro que, apesar de alguns factores mostrarem uma tendência de que os custos administrativos, quer os de cumprimento quer os de, moverem-se na mesma direcção, outros como a responsabilidade de liquidar os impostos podem mostrar tendências para direcções opostas. Na realidade, há um considerável potencial para transferência entre os custos administrativos e de cumprimento das obrigações fiscais da administração para os contribuintes e vice-versa, do que resulta a sua consideração em conjunto ao invés de tratá-los separadamente um do outro.

Uma importante componente dos *custos de cumprimento* é o custo das consultorias para o entendimento dos impostos e as obrigações do contribuinte, e o que precisa ser feito para cumprilas. A este respeito, a *estabilidade do sistema tributário* é uma característica altamente desejável e recomendável, uma vez que frequentes mudanças aumentam os níveis de incumprimento por falta de conhecimento. Medidas de redução dos custos de cumprimento das obrigações fiscais ajudam a reduzir os custos gerais do sistema fiscal, pelo que reduzindo os custos de cumprimento voluntário desincentiva-se a evasão e sonegação de impostos (Shaw, J. Slemrod, J. and Whiting, J., 2010).

O papel das empresas (contribuintes) na arrecadação das receitas do Estado

As declarações de informações



Por Domingos M. Muçonto

contabilísticas e financeiras e a retenção na fonte foram destacadas como representando o papel central das empresas na implementação dos modernos sistemas tributários de remissão das receitas fiscais e na divulgação de informações. No caso do Reino Unido, estima-se que cerca de 90% da receita fiscal é remetida pelas empresas. O impulso do papel das empresas foi evidenciado por Richard Bird, que escreveu: “A chave para a tributação efectiva é a informação, e a chave para a informação na economia moderna são as empresas. A empresa é assim, um moderno Estado fiscal equivalente à barreira das alfândegas na fronteira”.

A cobrança de impostos por vias de intermediação das empresas (sistema de impostos baseados na autoliquidação pelos contribuintes) reduz significativamente os custos administrativos e de cumprimento devido às economias de escala inerentes a remissão de impostos e porque as empresas muitas vezes já têm sistemas de contabilidade que simplificam o processo de liquidação de impostos e remissão de relatórios de informações. Uma das maiores mudanças nas três décadas, tem sido a massiva introdução de sistemas informáticos que facilitam e reduzem estes custos, quer pelas empresas como pelas administrações tributárias.

Um olhar às tendências da Evolução da sua estrutura organizacional

Ao longo dos últimos trinta anos, várias administrações tributárias conheceram grandes reformas focalizadas para o melhoramento da sua eficiência e efectividade operacional, especialmente no que concerne aos serviços de atendimento ao

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos– Final (Cont.)

contribuinte. Estas reformas seguiram, de modo geral, tendências convergentes, sobretudo no que se refere à sua estruturação. Nas últimas três décadas o mundo vem testemunhando rápidas e constantes mudanças e processos de reestruturação de organismos públicos de modo a garantir uma provisão de cada vez melhores serviços

novas formas e estruturas organizacionais para a provisão de melhores serviços e atendimento ao contribuinte e com isso aumentar a arrecadação de receitas para a cobertura das suas despesas. As reformas levadas a cabo podem ser sumariadas (agrupadas) e caracterizadas fundamentalmente por:

cada imposto do sistema tributário. Como é evidente, o modelo respondeu a alguns problemas do momento, embora com claras desvantagens em termos de: (i) duplicação de esforços e elevados custos para as administrações tributárias; (ii) os contribuintes sujeitos a vários impostos deviam lidar com diversas entidades para o

modernização das administrações, (iii) na solução/minimização dos problemas intrínsecos ao modelo anterior. Embora o modelo funcional apresente as grandes vantagens, algumas das quais já apontadas atrás, este modelo não constitui um modelo acabado, a necessidade de maior atenção aos contribuintes que não têm caracte-

ísticas idênticas, precisando por isso de determinados serviços adequados a cada natureza e categoria de contribuintes, continuou a exigir melhorias nas novas estruturas. Assim, uma prática que começou na Argentina nos anos setenta, veio ganhar maior expressão recentemente, é o modelo de estruturação dos



Fases ou Etapas da evolução da estrutura Organizacional das Administrações tributárias (Fonte: Autor)

(a custos mais baixos possíveis) aos cidadãos. Neste processo são possíveis de identificar várias tendências comuns; (i) a transição das tradicionais estruturas hierárquicas verticais para umas mais horizontalizadas e próximas do cidadão (cliente), (ii) a criação de organismos autónomos e semi-autónomos focalizados para determinadas actividades específicas como forma de reduzir os circuitos burocráticos na provisão dos determinados serviços públicos, (iii) desconcentração e descentralização de diversas competências e atribuições, entre outras medidas, num evidente processo evolucionário e adaptativo aos desafios de cada momento. As administrações tributárias não ficaram alheias a estas tendências universais, tendo os governos de países desenvolvidos (PDs), primeiro, e em vias de desenvolvimento (PVDs) a seguir, procurado encontrar

- Uma transição de uma estrutura baseada em “tipos de impostos” que compunham o sistema tributário para uma baseada nas “principais funções”;
- Dentro da estrutura funcional, a tendência geral foi a adopção da estratégia de “segmentação” por categorias de contribuintes para melhor provisão de serviços mais especializados e adequados às necessidades de cada segmento (Grandes, médios e pequenos contribuintes).

O modelo de estrutura por *tipo de impostos* foi caracterizado por administrações tributárias que compreendiam departamentos e/ou direcções multifuncionais e independentes, geralmente auto-suficientes em termos de recursos (patrimoniais, humanos e financeiros), que respondiam por

mesmo objectivo (cumprimento de obrigações tributárias) e podia receber qualidade diferente de serviços da administração; (iii) implicava uma custosa e fragilizada administração do sistema tributário. Estas desvantagens incentivaram a decisão de muitas autoridades tributárias para adopção do novo modelo de estruturação baseada no critério “funcional”, sob o qual as unidades orgânicas e os funcionários são agrupados com base nas funções principais (registo de contribuintes, gestão dos processos – serviço e atendimento aos contribuintes, recepção e processamento das declarações, liquidações, verificação/ auditoria, contencioso tributário, cobrança, contabilização, etc.). É evidente que este modelo organizacional trouxe significativos melhoramentos, nomeadamente; (i) na eficiência operacional e simplificação dos processos, (ii) na facilitação da

serviços e funções das administrações tributárias baseada na “segmentação dos contribuintes” (em grandes, médios, pequenos contribuintes e pessoas singulares). A racionalidade deste modelo reside na necessidade de focalização e atenção dos contribuintes de conformidade com as suas características e comportamentos específicos. Com vista a atingir o desenvolvimento e implementação de estratégias adequadas para a facilitação de aspectos como: interpretação correcta da legislação, educação e sensibilização dos contribuintes, prestação de melhores serviços e realização de auditorias especializadas para a promoção do cumprimento voluntário que acompanhe a nova visão dos sistemas tributários baseados em impostos de autoliquidação, as administrações tributárias precisam de realizar estudos adequados para melhor conhecimento dos

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Cont.)

comportamentos de risco de cada segmento. É neste contexto que muitas agências tributárias vêm adoptando o modelo de estruturação segmentada por categorias e natureza de contribuintes, sendo a criação de “*unidades de grandes contribuintes*”⁽¹⁾ a inovação pioneira desta nova estratégia. Tal como já foi referido atrás, esta forma de organização começou na Argentina nos anos setenta e até 2004 estima-se que tinha-se estendido por cerca de cinquenta países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e os chamados “países em transição”⁽²⁾. Vários factores ditaram a priorização da atenção para os Grandes Contribuintes, dos quais podem ser apontados os seguintes:

- a. *As grandes empresas tendem a representar acima de 70-80% do volume de receitas tributárias em diferentes países*, em todos os países que foram objecto de estudos e diagnósticos, foi concluído que um reduzido número do universo de todos contribuintes (os grandes contribuintes) respondia pelo menos com mais de 50% da receita tributária total cobrada, o que requeria a concentração de esforços na atenção deste segmento para assegurar o alcance do objectivo de arrecadação;
- b. *São intermediários da administração tributária na colecta da maior porção de outros impostos (indirectos e sobre rendimentos de pessoas singulares)*; o segmento das grandes empresas é caracterizado por realizar o maior volume de transacções e por isso são os maiores colectores de todos os impostos incidentes sobre essas transacções. Por outro lado são as que empregam e

pagam o maior volume de salários e remunerações, do que decorre o facto de responder pela retenção dos impostos e contribuições incidentes sobre estes rendimentos pagos a pessoas colectivas e singulares e garante informação às administrações tributárias para o

lismo para lidar com estas empresas em igualdade de circunstâncias;

- e. *Elas têm, geralmente, uma dimensão nacional e internacional, o que lhes coloca numa situação de acesso a vários esquemas e oportunidades de economia fiscal*, o carácter multinacional das

por um lado, e pela complexidade da natureza das suas actividades (multiplicidade de actividades e actuações, diversa distribuição geográfica nacional e internacional, complexa estrutura de planificação financeira, etc.). Isto pode ser evidenciado pelas tabelas e gráficos relativos a informações obtidas de

| <i>Países Seleccionados</i> | <i>Nº de Grandes Contribuintes</i> | <i>% sobre o Total de Contribuintes</i> | <i>% da contrib. na Receita</i> |
|-----------------------------|------------------------------------|---|---------------------------------|
| Argentina | 3,665 | 0.1 | 49.1 |
| Benin | 812 | 1.0 | 90.0 |
| Bulgária | 842 | 0.1 | 51.4 |
| Hungria | 369 | 0.1 | 42.1 |
| Quénia | 600 | 0.4 | 61.0 |
| Peru | 2,450 | 0.9 | 64.9 |
| Filipinas | 833 | 0.2 | 36.0 |

Peso percentual dos Grandes contribuintes sobre o número de contribuintes e receita total em alguns países seleccionados
(Fonte: *William McCarty*)⁽³⁾

controlo dos pagamentos a final;

- c. *Constituem o grande suporte das economias nacionais, pelo seu peso e influência*, um mau desempenho ou qualquer crise afectando a estas empresas implicará um mau desempenho da economia como um todo, afectando as principais variáveis macroeconómicas (procura e oferta agregada, inflação e balança de pagamentos);
- d. *Elas usam a assessoria nacional e internacional mais qualificada*, estas empresas, pela sua dimensão e poder de influência, para além de possuir departamentos especializados e profissionalizados para a gestão das suas obrigações fiscais, são geralmente assessoradas pelas grandes empresas de consultoria de âmbito nacional e internacional, facto que coloca um grande desafio às administrações tributárias. É esta característica que impõe a necessidade de potenciação de equipas multidisciplinares e com alto profissiona-

empresas concede possibilidades de uso de diversas formas para reduzir as cargas tributárias incidentes sobre as transacções realizadas nos diferentes países (preços de transferência que permitem deslocalização de lucros para os paraísos fiscais, subavaliação/sobreavaliação de activos e passivos, localização de salários de expatriados/trabalhadores internacionais nos países de menor carga tributária – potenciando a competição fiscal entre países, etc.). Esta característica deve ser das mais desafiantes para a qualidade de recursos humanos das unidades de grandes contribuintes, porque são requeridos conhecimentos aprofundados não somente sobre os negócios e actividades das empresas, mas também sobre complexas matérias de tributação internacional.

Estas características conferem a este grupo de contribuintes maior importância e atenção pelo seu peso de contribuição

estudos feitos pelo FMI e *Forum for Tax Administration* (FTA).

Nestes termos as unidades de grandes contribuintes para além de facilitar a concentração da atenção das administrações para o “fundamental” e mais importante, elas têm servido de principais “incubadoras” para a introdução de novas tecnologias que são posteriormente estendidas aos restantes contribuintes para os potenciar.

A administração do regime fiscal do sector de petróleos em Moçambique

Em relação aos aspectos organizacionais, Moçambique está no estágio mais actual das práticas internacionais, em plena implementação da estrutura organizacional baseada nas funções ao invés das figuras tributárias com inclusão da abordagem de segmentação dos grandes contribuintes como um grupo ou segmento merecedor de especial atenção. De realçar que foi recentemente aprovada a figura de *Gestor de Contribuinte* cuja

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Cont.)

efectiva operacionalização poderá privilegiar o sector petrolífero, dada a sua relevância na actual situação, de urgência na criação de base de dados que recolherá informações como:

- a. A concessionária de contratos de pesquisa e produção com a sua estrutura accionaria, a sua associada e relacionadas, localização das suas sedes e das suas associadas e relacionadas, os países onde tem ou participam em concessões similares⁽⁴⁾, para melhor controlo dos preços de transferências e das transacções indirectas de acções e direitos;
- b. Os custos suportados nas fases anteriores a produção, com ênfase para os recuperáveis, o que exige a sua verificação cautelosa com antecedência, pois a esperar-se os anos de início da produção poderá ser tarde e/ou demasiado trabalhoso, facilitando deste modo, qualquer mani-

comunicação (TICs), e neste âmbito, a implementação da estratégia de modernização da administração, constante no Plano Estratégico da Autoridade Tributária para o período de 2011-2014, consubstanciada com a operacionalização de sistemas como a Janela Única Electrónica (JUE), as Máquinas Fiscais, Portal do contribuinte e o *e-Tributação* (estes últimos, cujos desenhos e implantação está em curso), mostram que os processos (de rotina) que por eles serão executados, não mais constituirão problemas da AT. Num artigo sobre os desafios da gestão dos megas projectos do sector da indústria extractiva (IE), publicada na última edição da Revista Tributária foram evidenciadas as seguintes constatações:

- a. Que a Autoridade Tributária de Moçambique, compreendendo a necessidade de uma gestão eficiente dos grandes contribuintes, dos quais

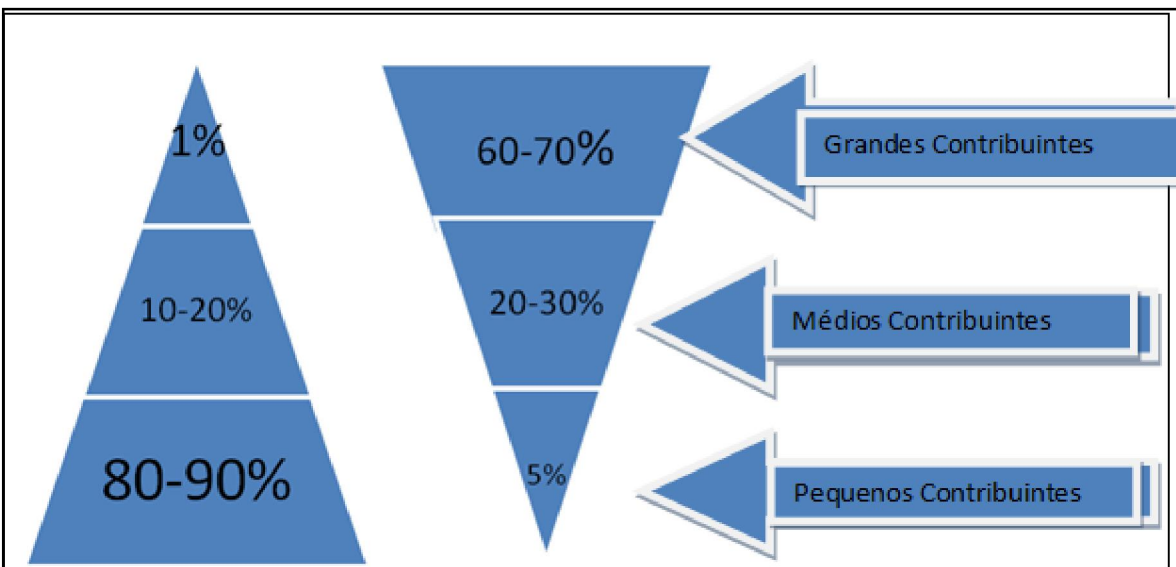
Direcção de Coordenação e Apoio Técnico (DCAT); com as seguintes atribuições:

- Monitoria dos Mega Projectos (recolha e estudo de todos os Contratos e Autorizações de Investimentos) e Instituições Financeiras;
- Proposta da introdução de sistemas modernos de gestão da carteira dos Mega Projectos e grandes contribuintes;
- Coordenação e promoção de acções visando a maximização das contribuições dos Mega Projectos e grandes contribuintes (auditorias conjuntas e multidisciplinares envolvendo AT-MIREM para o caso da IE);
- Elaboração da informação estatística sistemática sobre a contribuição dos Mega Projectos e

projectos do sector da IE, assim como a identificação dos contribuintes de risco, tinha sido constituída a equipa para a operacionalização da referida base de dados;

- c. Que para a realização das **funções complexas ou não rotineiras**, eram dignos de realce desafios para a AT em coordenação/colaboração com outras entidades relevantes na matéria:

- O fortalecimento e capacitação de uma **Task force** de auditores e juristas para melhor especialização com o sector da IE; que reforçaria e colaboraria com a DCAT na sua função de monitoria e acompanhamento com vista a alertar sobre comportamentos não aceitáveis para posterior actuação das unidades competentes (Direcção de Auditoria e Fiscalização



Tributária (DAFT), Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAII), Unidades de Grandes Contribuintes (UGCs) e Direcções de Áreas Fiscais (DAFs), podendo fazer parte das equipas de auditoria para o devido acompanhamento;

- Que havia uma imperiosa necessidade de realização de auditorias conjuntas com o MIREM para avaliação e controlo dos custos de prospecção e pesquisa, e dos volumes de produção, aspectos bastante relevantes para tributação; neste desiderato já tinham sido constituídas equipas integrando técnicos da DCAT e Direcção Nacional de

Tendência geral da distribuição percentual dos segmentos de contribuintes e sua contribuição na receita (Fonte: Autor)

pulação lesiva à matéria colectável do IRPC;

Quanto às funções rotineiras, dado o seu carácter, elas podem ser eficientes e economicamente executadas com recurso à automatização, por vias do uso das tecnologias de informação e

fazem parte os megas projectos e todos operadores do sector da indústria extractiva, criou inicialmente um núcleo que terminou com a criação e formalização na DGI, pelo Decreto nº 9/2010, que aprovou o Estatuto Orgânico da Autoridade Tributária, da

Instituições Financeiras, na receita global.

- b. Que com vista a garantir a recolha de informações e criação de uma Base de Dados e para o acompanhamento das despesas incorridas nas primeiras fases dos

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Cont.)

Minas para garantir uma permanente partilha de informação, assim como a realização de auditorias e monitoria conjunta de despesas e volumes de produção mineira, de forma a potenciar a maximização das receitas fiscais do sector;

- Que deveria prosseguir o processo de melhoria do quadro legal e tributário do sector: (i) Tabelas de amortizações e o tratamento das deduções das despesas relativas às primeiras fases dos projectos; (ii) Clarificação dos modelos de contratos de concessão – *RingFencing* ou outros métodos de concessão, (iii) a questão de regulamentação dos aspectos essenciais relativos ao tratamento dos preços de transferência, a incorporação de alguns aspectos ou tratamentos tributários actualmente regulados pelos acordos contratuais, no quadro legal tributário vigente, etc.
- Que era recomendável o estabelecimento de mecanismos de partilha de informações sobre os impostos de superfície e taxas de licenciamento liquidadas pelo MIREM (Direcção Nacional de Minas e INP); o que garantiria melhor controlo e certificação da sua entrega nos cofres do Estado pela AT e que as correspondentes entidades responsáveis/envolvidas na liquidação destes impostos e taxas, partilhem a referida informação com as unidades de cobrança (DAFs e UGCs);
- Que era necessário e premente o estabelecimento de mecanismos de partilha permanente de informações relativas

a licenças concedidas e às transmissões destas de um titular para outro, com vista à tributação destas transacções em sede de IRPC/IRPS devido sobre as mais-valias;

- Que fosse estendida a abrangência, a todos os contribuintes do sector da Indústria Extractiva, nos trabalhos de monitoria, acompanhamento e compilação da informação relativa ao cumprimento das obrigações fiscais do sector; pois a adesão de Moçambique à ITIE e a experiência do primeiro relatório haviam evidenciado os desafios e necessidade de concentração de esforços e coordenação intersectorial entre as entidades envolvidas. Para o caso da AT, revelava-se conveniente que a equipa especializada na monitoria do sector fosse responsável pela compilação e fornecimento de informação para os relatórios da ITIE (Muconto D. J., 2011).

Muitas das constatações foram acomodadas ou estão numa fase bem avançada da sua regulamentação, isto pode ser evidenciado pelos casos de alterações à Lei n.º 34/2007 que aprova o Código do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas, já discutidas atrás, concretamente relativamente a delimitação do âmbito de recuperação de custos entre diferentes projectos ou licenças – *ring* (EspaçoReservado1) (PRESIDENCIA DA REPUBLICA, 2012) *fencing*, a criação e operacionalização da *Task Force*, a aprovação e implementação da figura de *Gestor de Contribuinte*, aprovação do novo regime fiscal do sector de petróleos medidas que poderão contribuir para a sistematização da base de dados

de todas as informações necessárias para o controlo das transacções de activos ou direitos sobre os contratos de concessão, o controlo das operações de financiamento ou transacções entre empresas associadas e relacionadas, os outros países em que as concessionárias ou suas associadas detêm concessões ou interesses.

Entre as que estão em curso o seu tratamento ou incorporação em legislação mais adequada às práticas internacionalmente comuns, estão os casos como: (i) a reforma do quadro legal da tributação do sector de petróleos, incorporando todos os aspectos relacionados com a matéria numa única lei, nomeadamente; relativos aos impostos específicos e gerais (o IRPC), incluindo e outras receitas não tributárias que anteriormente eram reguladas ou pelos contratos ou por outros dispositivos legais. Está também em fase avançada a regulamentação e actualização do quadro legal relativo às amortizações e reintegrações, a clarificação dos custos sujeitos a dedução em sede de recuperação de custos dos investimentos; (ii) a sujeição ao consentimento do governo para as transacções ou transferências de direitos sobre concessões, (iii) a sujeição à taxa de 32% dos ganhos de mais-valias, entre outros;

Alguns desafios prevalentes na melhoria da administração do regime fiscal do sector de petróleos

Um aspecto fundamental na melhoria da administração da colecta de impostos do sector da indústria extractiva em geral e particularmente da petrolífera, é a criação e fortalecimento da capacidade técnica em matérias relativas aos elementos básicos do funcionamento do sector, os modelos contratuais e respectivos regimes fiscais vigentes, os sistemas de contabilidade e finanças aplicados ao sector, os sistemas de medição e avaliação dos recursos extraídos, tudo

isto, para que as pessoas que trabalham nestas áreas possam compreender melhor a informação e a gestão de riscos inerentes ao sector, de forma a maximizar as contribuições do sector para o Orçamento do Estado de forma adequada, e de conformidade com as políticas estabelecidas.

É assim que os grandes desafios prevalentes na melhoria da administração do regime fiscal do sector de petróleos podem ser sumariados nos seguintes factos ou constatações:

- a. O regime fiscal do sector de petróleo tal como foi discutido em secções anteriores, somente pode ter a sua máxima eficácia no alcance dos seus objectivos, se combinado com a capacidade administrativa das instituições governamentais encarregues pela sua aplicação. Neste sentido, parece haver uma generalizada convergência na conclusão de que um regime fiscal bem desenhado deve ter em consideração as condições e capacidades para a sua adequada aplicação.
- b. A necessidade de promover e fortalecer a cooperação e coordenação institucional entre as diversas entidades que estão directa ou indirectamente envolvidas no processo de gestão e monitoria deste sector. Esta colaboração deve ser consubstanciada pela partilha de informações entre entidades como Ministério dos Recursos Minerais, o Banco de Moçambique, a Bolsa de Valores de Moçambique⁽⁵⁾, e outras que possam garantir a melhoria constante da gestão da cobrança de todas as receitas (tributárias e não tributárias), relativas ao exercício de operações petrolíferas.
- c. A necessidade de criação de uma Base de Dados partilhada entre as instituições relevantes, recolhendo as informações mais relevantes para a administração do regime

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Cont.)

fiscal do sector extractivo, podendo ser incluídas entidades dos países de origem das concessionárias.

A criação e fortalecimento da capacidade de administração do regime fiscal

Este desafio passa por um profundo redimensionamento das nossas estratégias e enfoque das acções de formação e treino do factor humano, quer das instituições directamente envolvidas no processo de gestão e monitoria deste sector, quer de outros sectores em geral. De notar que o facto de tratar-se de um sector novo, nunca havia merecido uma abordagem privilegiada nos diferentes níveis e áreas dos sistemas de ensino (técnico profissional e superior), o que torna os elementos básicos de gestão e monitoria do mesmo pouco conhecidos, e por conseguinte difícil de encontrar recursos humanos especializados na área.

Nos últimos anos tem sido feito muito esforço visando o incentivo à formação técnico-profissional e superior em áreas de engenharia de minas e petróleos, sendo evidências deste facto acções como:

- O recrutamento e concessão de bolsas de estudos em instituições nacionais e no exterior para níveis de mestrados e especializações diversas nas áreas de engenharia (geociências, petroquímica, mecânica, etc.);
- Introdução de novas especialidades ou a adequação dos seus curricula, pelas instituições públicas e privadas de ensino superior estão sendo os casos das Universidades Eduardo Mondlane, Pedagógica, Lúrio e Zambeze, bem como dos Institutos Superiores Politécnicos do Songo, de Tete, de Gaza e da Escola Superior de Ciências Náuticas. São também os casos das Universidades privadas, A POLITÉCNICA, a Católica, a Técnica e a Jean Piaget,

bem como, dos Institutos Superiores de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia e Gestão e de Transportes e Comunicações.

- Adequação do Sistema de Educação Profissional, baseada para padrões de competências exigidas por este novo e grande sector de desenvolvimento, tendo como suporte um Quadro Nacional de Qualificações Profissionais que articula, de forma integrada, as competências requeridas para cada nível de formação, permitindo saídas intermédias e flexíveis para a vida laboral, bem como a progressão para níveis superiores de formação.

Estas acções têm um importante impacto para o desenvolvimento do conteúdo local e promoção de emprego no sector que se estima que venha a ser o impulsionador da economia moçambicana num futuro próximo. Estes quadros, por um lado, constituirão mais-valias importante para as operadoras petrolíferas que não mais terão de recorrer a expatriados que impõem custos mais elevados, e por outro, para o país, uma vez significarem um acréscimo de benefícios em termos de emprego e rendimento de cidadãos nacionais que contribuirão mais para as receitas do Estado. Porém, tal como foi sublinhado em secções anteriores, o principal e mais importante instrumento de maximização de benefícios da exploração de recursos petrolíferos pelos países detentores das reservas, são as receitas geradas pelos regimes fiscais, quando bem desenhados e administrados. Assim, parece pertinente que as acções prioritárias, na esfera de formação de recursos humanos com uma ênfase especial para o sector de recursos naturais, incorporem as áreas e matérias relevantes para o desenho e administração dos regimes fiscais deste sector.

O referido no parágrafo anterior

evidencia a clara e imperiosa necessidade de adequação dos curricula das instituições de formação profissional e superior das áreas de Contabilidade e Auditoria, Direito, Economia e Gestão e outras especialidades afins, de modo a incluir uma abordagem específica e detalhada do sector da indústria extractiva de petróleos e minas. Este desafio exige que seja privilegiada a formação de docentes destas áreas em matérias específicas destes sectores, tais como:

- As especificidades dos regimes de concessão e contratuais do sector extractivo;
- As operações e factos contabilísticos específicos do sector e o seu tratamento;
- Aspectos relativos a metodologias específicas de auditoria às empresas do sector extractivo;
- A problemática e especificidades do desenho e administração dos seus regimes fiscais.

A operacionalização destes esforços pode ser liderada pela Autoridade Tributária de Moçambique, por um lado, na qualidade de instituição responsável e mais interessada pela maximização da contribuição do sector extractivo nas receitas do Estado, e, por outro lado, aproveitando os já assinados Memorandos de Entendimento, visando a colaboração e cooperação em matérias que incluem este desígnio.

Nestes termos, parece imperioso e pertinente que a Autoridade Tributária, seguindo a estratégia definida pelo Governo de Moçambique, consubstanciada pela aprovação da “Estratégia de Formação e Capacitação de Recursos Humanos 2010-2024” que previu a formação de técnicos, com destaque para a área de geo-ciências e *transversais*, tome a dianteira na operacionalização da introdução nas instituições de ensino profissional e superior de *cadeiras* ou *módulos* que abordem com relativa profundidade matérias como:

- Economia ou Gestão do Sector da Indústria Extractiva*, abordando matérias específicas da história e características deste sector, da complexidade da sua cadeia de valor, das oportunidades e ligações que pode oferecer para a diversificação da economia, entre outros;
- Módulo de Contabilidade do sector de Petróleos e Minas, na cadeira de Contabilidades Sectoriais*, este módulo poderia abordar aspectos específicos da contabilidade deste sector com características peculiares que exigem tratamento contabilístico próprio, como é a complexa malha de entidades que vão participando ao longo da cadeia do EPCC, os aspectos relativos aos regimes fiscais e o tratamento dos custos a recuperar durante o longo período de pesquisa e desenvolvimento, os aspectos relativos à auditoria das empresas do sector, etc.;
- Módulo de Direito e Fiscalidade do sector de Petróleos e Minas*; tratando matérias relativas as características deste sector, os diferentes regimes de concessão e contratuais, os regimes fiscais específicos destes sectores, as experiências e práticas de sucesso internacional, entre outras matérias julgadas pertinentes.

A leccionação destas cadeiras ou módulos vai contribuir para um conhecimento dos elementos básicos e essenciais do sector por parte dos funcionários da Autoridade Tributária, dos contabilistas, auditores, juristas (profissionais envolvidos no processo de gestão dos regimes fiscais⁽⁶⁾), o que contribuirá certamente para uma melhor administração dos regimes fiscais do sector da indústria extractiva e por conseguinte para a alvejada maximização dos benefícios ao desenvolvimento económico e social do

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Cont.)

país.

Fortalecimento da cooperação, colaboração e coordenação interinstitucional

Tal como acontece com a gestão de qualquer sistema ou regime tributário, na optimização da administração dos regimes fiscais do sector de hidrocarbonetos intervêm várias instituições públicas e privadas. Nas públicas são de destacar para além das já referidas⁽⁷⁾; a Bolsa de Valores de Moçambique e dos países de origem das principais concessionárias, administrações tributárias destes países, os Serviços de Registos Notariais, o Ministério do Trabalho, entre outras.

Por um lado, a partilha e utilização pela administração tributária das informações das Bolsas de Valores e dos Registos Notariais permitirão a identificação da complexa malha de detentores de acções e participações das concessionárias, as suas associadas e relacionadas, com vista ao controlo das transacções de activos e ao uso abusivo dos preços de transferências para a transferência disfarçada de rendimentos tributáveis. Por outro lado, a combinação destas informações com as que podem ser obtidas das administrações tributárias dos países de origem podem potenciar a correcção de diversos rendimentos que podem ser declarados a menos em Moçambique, o que pode ajudar a desincentivar as tentativas de fuga e aumentar o grau de cumprimento voluntário das obrigações fiscais, e, consequentemente das receitas a arrecadar.

Das associações empresariais e os diversos fornecedores de bens e serviços ao sector da indústria de hidrocarbonetos poderão ser obtidas informações valiosas para a avaliação do conteúdo local, no que concerne a participação das empresas nacionais na cadeia de valor do sector, o que constitui outra via a partir da qual o país pode

tirar vantagens ou benefício da exploração dos recursos naturais. Portanto, o estabelecimento e fortalecimento de sólida e permanente colaboração e cooperação entre as instituições acima referidas podem resultar na maximização das receitas a serem arrecadadas e no fortalecimento e promoção do *conteúdo local* no sector.

O alcance deste desígnio exige estratégias e esforços focalizados e integrados, os quais podem incluir a constituição, na *Task Force* criada na Autoridade Tributária de Moçambique, de equipas especializadas para coordenação da operacionalização da colaboração com cada uma ou grupo de instituições relevantes, de modo a manter um diálogo constante e permanente que assegure a partilha de informações relevantes para a gestão do regime fiscal do sector.

A necessidade de criação de uma Base de Dados partilhada entre as instituições relevantes

A imperativa necessidade de recolha e manutenção de informações mais relevantes para a administração do regime fiscal do sector extractivo, processo que exige o envolvimento das entidades já referidas atrás e dos países de origem das concessionárias, parece sugerir que a Autoridade Tributária tome a dianteira ou liderança no desenho e operacionalização de uma Base de Dados partilhada entre as entidades que lidam com informações úteis sobre o sector de hidrocarbonetos, nomeadamente; a estrutura accionaria das concessionárias, os contratos de fornecimento de bens e serviços com entidades não-residentes, os volumes de produção e exportações, a expatriação de lucros e dividendos, a contratação de trabalhadores estrangeiros, etc.

Este objectivo pode ser melhor perseguido com a incorporação no actual processo de concepção e desenho da plataforma do

e_Tributação em curso, de modo a prever a ligação desta com as bases de dados ou sistemas das instituições como o Banco de Moçambique, Bolsa de Valores de Moçambique, Registos Notariais, entre outras que se julgarem relevantes e possível.

Notas do Texto

- (1) LargeBusiness/ TaxpayersUnities.
- (2) Exemplos desses países são: Peru, Bolívia e Uruguai na América Latina, Hungria e outros nos restantes quadrantes do mundo.
- (3) In "Focusing on the Few: *The Role of Large Taxpayer Units in the Revenue Strategies of Developing Countries*".
- (4) O conhecimento de outros países onde as nossas concessionárias operam poderá facilitar a gestão de negociações futuras do governo com estas, a partir de informações que podem ser partilhadas com os países receptores de investimentos desses operadores. Adicionalmente, poderá permitir melhor coordenação com esses países em matéria de acordos para evitar a dupla tributação que geralmente são aproveitados pelas multinacionais na sua estratégia de redução da carga fiscal dos seus rendimentos, especialmente nas transacções de activos ou direitos sobre os contratos de concessão.
- (5) Neste caso parece ser pertinente como referido acima, a incorporação da obrigação de registo na Bolsa de Valores de Moçambique, das concessionárias de contratos de pesquisa e produção de recursos minerais e de petróleos, facto que vai garantir maior controlo e administração dos preços de transferência.

- (6) De referir que esta adequação dos curricula do ensino profissional não só contribuirá para melhorar a empregabilidade dos moçambicanos neste novo sector, mas também permitirá que a Autoridade Tributária e outras entidades públicas passem a ter uma disponibilidade de recursos humanos com conhecimento profundo deste sector para o seu recrutamento para os seus quadros de pessoal.
- (7) Ministérios das Finanças, dos Recursos Minerais, Energia e Banco de Moçambique.

Bibliografia Consultada

- Allink, M. and n Kommer, V. V. (2000). *Handbook for Tax Administrations: Organizational structure and management of Tax Administrations*. (I.-A. C. Administrations, Ed.) Amsterdam, The Netherlands: Ministry of Finance, The Netherlands.
- Calder, J. and McPherson, C. (2008). *"RESOURCE TAX ADMINISTRATION"*. IMF conference on Taxing Natural Resources: New Challenges, New Perspectives, September 25-27, 2008, International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department, Washington, DC.
- Muconto, D. J. (2011). "Indústria Extractiva: os desafios da gestão do seu regime tributário em Moçambique". *Revista Tributária, Autoridade Tributária de Moçambique*.
- Mullins, P. (2008). *"INTERNATIONAL ISSUES FOR THE RESOURCES SECTOR"*. IMF conference on Taxing Natural Resources: New Challenges, New Perspectives, September 25-27, 2008, International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department,

Administração dos Regimes Fiscais de Hidrocarbonetos - Final (Concl.)

Washington DC 20431, USA.

- Natural Resource Charter. (2012). *Precept 3: "Fiscal Regimes and Contract Terms"*. Natural Resource Charter.
- PRESIDENCIA DA REPUBLICA. (2012). *EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: CATALISADORA DA ACÇÃO FORMATIVA E DE GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DE RENDIMENTO*.
- Shaw, J. Slemrod, J. and Whiting, J. (2010). *"Administration and Compliance" in DIMENSIONS OF TAX DESIGN*. (T. M.-I. Studies, Ed.) London, UK, OXFORD UNIVERSITY

PRESS: The Mirrlees Review.

- Sunley, E. M., Baunsgaard, T. and Simard, D. (2002). *"Revenue from the Oil and Gas Sector: Issues and Country Experience"*. IMF conference "on fiscal policy formulation and implementation in oil producing countries". IMF.
- Tordo, S. (2007). *"Fiscal Systems of Hydrocarbons: Design Issues"*. World Bank, The International Bank for Reconstruction and Development. Washington, DC: Word Bank.


Sobre o Autor: Domingos João Metane Muconto, Licenciado em Economia (UEM) e Messtrando em Administração Pública pela Universidade de Alcalá de Henares e Instituto Nacional

de Administração Pública de Madrid – Espanha, Doutorando em Economia do Sector Público (Certificado da fase presencial), tendo como áreas de investigação as ligadas a fiscalidade (Organização e Métodos das Repartições de Finanças, Desenho de sistemas tributários e justiça dos sistemas tributários na vertente de equidade horizontal, etc.), exerceu as funções de docente em tempo parcial na Faculdade de Economia da UEM, ISCTEM e USTM – Coordenador do Curso de Gestão, onde orientou vários trabalhos de investigação da área fiscal e tributária.

A sua experiência profissional está fortemente ligada a área tributária, tendo sucessivamente trabalhado no 1º Bairro Fiscal de Maputo (1988-2000), 2º Bairro Fiscal – Chefe Adjunto


(2000-2004), Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário – Coordenador (2005-2007), Unidade dos Grandes Contribuintes – Director Adjunto (2007), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – SP (2007-2010), Director de Serviços na DGI – DCAT (2010-2011), Delegado Provincial da AT (2011-2013) e recentemente nomeado para Director de Auditoria e Fiscalização Tributária na AT. Outras actividades de referência podem ser a participação no grupo de trabalho de Desenho do Modelo Conceptual do SISTAFE e do plano Básico de Contabilidade Pública, na extinta UTRAFE, colaborador e colunista do Jornal NACHINGWEYA e da Revista Tributária. **MV**

Tipos de Máquinas Fiscais



Impressoras Fiscais

- Alta velocidade de processamento;
- Adaptado para ambiente de rede informatizada;
- Indicado para supermercados e outros grandes retalhistas.



Controladores Fiscais

- Suporta múltiplos departamentos de vendas e caixas;
- Uso limitado à software de facturação licenciado e certificado para Moçambique;
- Converte alguns tipos de registadoras electrónicas comuns e computadores em "Máquina Fiscal Virtual".

As MÁQUINAS FISCAIS caracterizam-se por quatro (4) aspectos essenciais:


- Funcionamento similar a uma registadora electrónica comum, mas com uma memória ROM especial selada física e electronicamente denominada "fiscal", a qual regista todos os detalhes das transacções de vendas de bens ou serviços nela feitas, inclusive data e hora;
- Podem ser usadas isoladamente ou em ambiente de rede informática;
- Emitem um novo tipo de talão de venda designado "Talão Fiscal", o qual permite identificar o proprietário da máquina fiscal, selo de autenticidade fiscal, número de série do equipamento (de fabrico exclusivo para Moçambique) e muito mais;
- Possuem capacidade de transmitir os dados conservados na memória fiscal para uma base de dados da administração tributária usando a rede móvel celular sem recorrer a intervenção humana (arquitectura *Machine-to-Machine*).

O uso de máquinas fiscais será regulamentado por legislação própria a aprovar brevemente. Saiba mais accedendo à página web da AT:

www.at.gov.mz



20 Nov 2006 - 20 Nov



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

IMPLEMENTAÇÃO DE MÁQUINAS FISCAIS EM MOÇAMBIQUE

Contexto

O uso de máquinas registadoras pelos sujeitos passivos do IVA, estabelecido pelo Decreto nº 28/2000, de 10 de Outubro, que é complementado do art. 31 do Código do IVA, tem-se revelado desajustado ao actual contexto de modernidade tecnológica. Paralelamente, foi introduzido no sistema tributário nacional, o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), cujo controlo e fiscalização do volume de vendas dos sujeitos passivos nele inscrito, se revela pertinente e com recurso a instrumentos electrónicos, neste caso as máquinas fiscais.

O uso de máquinas fiscais em Moçambique servirá para alinhar a fiscalidade do país com as boas práticas internacionais, mas também prover mecanismos eficientes e menos intrusivos para controlo da evasão e sonegação fiscais junto do Sujeito Passivo, o que contribui para a melhoria da imagem pública da instituição. De particular interesse para o Sujeito Passivo, é a possibilidade deste aproveitar as funcionalidades padrão do software embutido nas máquinas fiscais, como "folha de caixa electrónica", processo que na actualidade é geralmente feito à mão.

Entre-Nós: Geraldo Conde



Geraldo Conde, fotografado no Gabinete de Comunicação e Imagem

Somos hoje brindados na nossa humilde sala de visitas, com uma figura sobejamente conhecida do grande público, responsável por ter inscrito a letras de ouro, o futebol moçambicano no CAN do Egipto, decorria ainda o longínquo ano de 1986.

Mais-Valia (MV): Quem é Geraldo Conde?

GC: Se permitem, agradeço desde já a oportunidade que me é concedida para falar de mim, atrevido-me a dizer que “o Geraldo Conde é um Homem muito social, nascido a 18 de Março de 1959, na Cidade da Beira, tendo vivido a sua infância no bairro *Esturro*, na mesma cidade, e é proveniente de uma família humilde constituída por oito irmãos”.

Foi no mesmo bairro onde nasci e cresci que comecei a interessar-me pelo desporto. Como qualquer criança normal naquela altura, eu gostava de jogar a bola, pese embora eu tivesse sempre mostrado maior vocação para o atletismo. É precisamente neste contexto que a partir de 1982 dou os meus primeiros passos no atletismo e, modestamente falando, ao mesmo tempo encantando os meus adeptos de futebol, uma vez que em determinado momento da minha carreira, se não me encontrava a jogar futebol, naturalmente me encontrava a disputar provas de atletismo com atletas de maior idade que

a minha.

Mais tarde, e paulatinamente, fui me dedicando mais ao futebol em detrimento do atletismo, e acredito de certa forma que foram os dotes que possuía no atletismo que me davam a rapidez e vantagens no futebol.

MV: Fale-nos da história da sua vida militar com o futebol

GC: Em 1978 apareci incorporado em Montepuez, para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório (SMO), onde encontrei também vários jogadores de diferentes províncias do país. Na perspectiva de adaptarmo-nos à nova realidade, organizamo-nos e criamos uma equipa na zona Norte. Ideia esta, que foi bem acolhida pelos comandantes na altura, resultando na criação de uma equipa do futebol do exército, que teve a fama que mereceu naquela região. Os feitos desta equipa despertaram atenções da equipa congénita em Maputo, resultando na viagem do então treinador na altura, Zacarias Abubacar, para o “resgate” dos mais destacados jogadores da equipa em Montepuez a fim de serem incorporados na sobejamente conhecida equipa do Matchedje, marcando de certa forma o início da minha carreira.

Após a formação militar, em 1984 passei para a vida civil, ingressando para a equipa do Maxaquene na qual logramos várias vitórias, conquistas e

títulos dos quais guardo grandes memórias.

MV: Como encarou o chamamento à pátria?

GC: O chamamento à Pátria naquela altura foi difícil e deixou-nos extremamente apreensivos, visto que, desconhecíamos completamente o que nos esperava, aliado ao facto de eu ter sido o primeiro filho a desligar-se da família que sempre esteve unida. Porém, paulatinamente eu e mais outros fomos nos adaptando, já que foram criadas todas as condições de apoio e logísticas. Inicialmente, não foi muito fácil a adaptação ao treino militar, pois os nossos instrutores eram provenientes de Nachinguéia e, como mancebos ainda, vínhamos com “alguns mimos”, o que é perfeitamente normal. Foi portanto uma experiência que contribuiu significativamente para o fortalecimento do jovem que eu era na altura...

MV: Poderia partilhar conosco a sua trajetória e ingresso na AT?

GC: Fora o futebol, no âmbito social, também tive grandes desenvolvimentos, dado que com a minha vinda a Maputo, tive que me empenhar no sentido de melhorar o meu nível académico, o que marcou a

minha trajetória na Escola Comercial, Instituto de Economia e Gestão e Universidade Pedagógica em 2009. Não obstante a minha popularidade no âmbito do desporto, esta, não contribuiu unicamente para o meu ingresso na AT, pois, como já havia referenciado, houve sim, um esforço significativo da minha parte em dar continuidade aos meus estudos. Assim, foi na base da minha formação vocacionada a Contabilidade e Gestão a que me candidatei, aquando do projecto de reestruturação das Alfândegas na altura, iniciada em 1996, tendo daí conseguido ingressar como Assistente Administrativo, e continuando desde então, através de prorrogações sucessivas do meu contrato até o período em que passei definitivamente ao quadro de funcionário.

MV: Consta-nos que passou pela Logística!

GC: Dada a minha formação académica, fui inicialmente colocado na Logística, concretamente no Gabinete de Aproveitamento. Coincidentemente era uma área na qual já tinha conhecimentos básicos, o que contribui facilmente para a minha adaptação, não só ao nível de trabalho, mas também em termos de amizades e rela-



Capitaneados por Teophile Abega, falecido em 2012, os Camarões tentaram repetir a proeza do CAN 1984, só sendo travados pelos anfitriões egípcios na lotaria dos penalties, numa competição onde esteve presente o nosso Geraldo Conde (Cortesia: FIFA)

Entre-Nós: Geraldo Conde (Concl.)

cionamento com colegas, dos quais lembro-me com muito carinho e respeito.

MV: Estando actualmente ligado à área do desporto na instituição, em função do que faz, o que podemos esperar em termos de desafios?

GC: De facto, tive a oportunidade de ter sido indigitado pelo Presidente da AT a assumir uma nova carreira como coordenador nacional em uma área nova relacionada ao Desporto junto ao Gabinete de Comunicação e Imagem. O objectivo é de empreender uma dinâmica diferente do desporto na AT, o que parte pela identificação das principais áreas do desporto que a AT pretende abraçar, tendo sempre em conta a génese da popularização do imposto. Naturalmente que os constrangimentos existem, em parte pela fraca aderência dos funcionários da AT que ainda se mostram muito reticentes na pratica do desporto, o que nos obriga a optarmos por recorrer às pessoas externas a AT.

MV: Uma vez que continua ligado ao desporto, como dinamiza o desporto no seio familiar?

GC: Estando inserido nesta área há muitos anos, especialmente para mim, comungar o desporto com a família é um exercício permanente, uma vez que o futebol “veio para ficar”, e está evidenciado que é me extremamente difícil desassociar o desporto da minha vida social, pois procuro na medida do possível reconciliar sem prejudicar a AT, nem a família.

MV: Os melhores momentos da sua vida?

GC: Se quiser ser mais objectivo, avançaria três principais eventos, sendo o primeiro e o qual não abriria a mão, o facto de ter cumprido o Serviço Militar Obrigatório do qual “tornou-me Homem”. Seguidamente, embora em primeira pessoa eu seja suspeito de o dizer, segundo as informações que ouvi e

continuo ouvindo, dadas as condições escassas que nos envolviam na altura, ter alcançado um nível que superou as expectativas no futebol, e por último, embora tenha atingido o auge ao nível de popularidade que se registou durante a minha carreira no futebol, ter ainda, conseguido melhorar o meu nível académico e abraçar o mercado do emprego.

MV: E no desporto, tem algum momento surpreendente que gostaria de partilhar?

GC: Não fui o único jogador de futebol na minha família. Tive a oportunidade, de desde jovem, de jogar futebol ao lado do meu irmão mais velho (Orlando Conde), no escalão de seniores, o que foi uma experiência agradável, pois deu-me maturidade suficiente para competir com atletas mais velhos na modalidade.

A título de exemplo, foi possível registar-se a participação de três irmãos (Geraldo, Elcídio e Chiquinho Conde) na selecção nacional de Moçambique, no primeiro CAN. Ainda, lembrando de alguns factos surpreendentes, se a memória não me trai, fui o primeiro atleta convocado na semana de jogo, sem treino algum, a participar do jogo contra o Zaire no Estádio da Machava e ter

sido o marcador do primeiro golo da partida, que tinha como prémio um “fato completo” na loja Saratoga.

MV: Como uma pessoa normal e como homem de desporto, o que mexe consigo?

GC: Honestamente, é de olhar para o desporto e ver a possibilidade que as pessoas hoje têm de poder ter mais um suplemento na sua vida, poderem ganhar alguma coisa com o desporto, uma vez que, dependendo da dedicação de qualquer indivíduo, são inúmeras as oportunidades de projecção.

MV: Qual é o apelo que faria aos mais jovens?

GC: De forma sucinta, diria que os jovens deveriam procurar aproveitar no máximo as condições existentes hoje em dia, procurando conciliar o máximo a sua vida normal com a prática do desporto, não só pelo aspecto deste garantir uma boa saúde e vitalidade ao corpo, mas também como um ingrediente externo para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. **MV**

Passatempo

Curiosidades

Desde o nascimento, os nossos olhos conservam sempre o mesmo tamanho.

No Bangladesh, crianças de 15 anos pode ser presas por cabular nos exames finais.

Todo mês que começa num domingo tem uma sexta-feira 13. E todo mês que inicia numa quinta-feira tem uma terça-feira 13.

Os golfinhos dormem sempre com um olho aberto.

Uma gota de petróleo é capaz de converter 25 litros de água pura em não potável.

Em 1982, foi inventado nos EUA um jogo chamado *Polybius*. Meses depois foi retirado por exigência dos próprios jogadores. É que muitos deles reclamaram terem ficado com convulsões, psicose, pesadelos, tendência para o suicídio e muito mais.

A memória de um peixinho dourado dura três segundos.

Em termos estruturais, o material mais resistente criado pela natureza é a teia de aranha.

Na antiga Inglaterra, as pessoas não podiam ter relações sexuais sem o consentimento do Rei, a não ser que fossem membros da família real. Quando alguém desejasse procriar deveria solicitar uma autorização ao Rei, que lhes concedia uma placa para ser pendurada no órgão genital...



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: bmacamo@at.gov.mz



Pensamentos

Todos concebem claramente o direito e o dever: o direito para si e o dever para os outros (Valtour)

A maneira mais fácil e mais segura de vivermos honradamente consiste em sermos, na realidade, o que parecemos ser (Sócrates)

Aquele que usa palavras difíceis não está a tentar informar-te; está a tentar impressionar-te (O. Miller)

SOLTEIRÕES: sujeitos que entendem muito mais de mulheres do que os casados; de contrário também estariam casados (H. Mencken)

CHATO: criatura que envolve uma ideia de dois minutos num palavreado de duas horas (W. Winchell)

EXPERIÊNCIA: é um pente que a vida nos dá quando já não temos cabelo (J. Stern)

Quando estiveres irado conta até dez; quando muito irado conta até cem (T. Jefferson Davies)

A vida dura uma geração, um bom nome dura para sempre (Provérbio Japonês)

É mais importante veres como gastas o teu tempo do que como gastas o teu dinheiro. O dinheiro recupera-se, mas o tempo não (Anónimo)

Definições com humor

SERVIÇO PÚBLICO: nunca tantos fizeram tão pouco em tanto tempo (Anónimo)

HOSPITAL: local onde os amigos do doente vão conversar com os amigos do outro doente (Anónimo)

PSICÓLOGO: o que sabe sempre o que há-de fazer em cada caso, menos no seu (N. Clarasó)

Se deres um peixe a um homem faminto vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar vais alimentá-lo toda a vida (Lao-Tsé)

O trabalho é desejável, primeiro e antes de tudo, como preventivo contra o aborrecimento. Pois o aborrecimento que um homem sente ao executar um trabalho necessário, embora monótono, não se compara ao que sente quando nada tem que fazer (Bertrand Russel)

SIMPÁTICAS: adjectivo normalmente aplicado à pessoas feias (Anónimo)

EGOÍSTA: aquela pessoa disposta a queimar a casa do vizinho só para estrelar dois ovos (Chamfort)

DIVORCIADA: mulher que aceitou o seu marido para o melhor e para o pior, mas não para sempre (Anónimo)

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Lemos Formiga

Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem: Haydin Joyce

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editora Executiva : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; Ricardo Santos; Dionísio Munguambe e Williamo Chiquele

Colaboradores: Orlando Macuácuca, Albazino Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Muconto, Carlos Matlava e Brígida da Cruz

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Ozias Ngomane, Dionísio Munguambe e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria

Todos Juntos Fazemos Moçambique!